

**CLARICE COLETT**

**DEPENDÊNCIA QUÍMICA E RELAÇÕES SOCIAIS  
NO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR**

**MATINHOS**

**2010**

**CLARICE COLETT**

**DEPENDÊNCIA QUÍMICA E RELAÇÕES SOCIAIS  
NO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR**

**Monografia apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Especialista em  
Serviço Social: Questão Social na Perspectiva  
Interdisciplinar da UFPR – Litoral.**

**Orientador: Professora MSC Giselle Avila Leal de  
Meirelles**

**MATINHOS**

**2010**



**PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

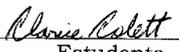
Os Membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Mestre **GISELE ÁVILA DE LEAL MEIRELLES**, realizaram em **10/04/2010** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **CLARICE COLETT** sob o título "**DEPENDÊNCIA QUÍMICA E RELAÇÕES SOCIAIS NO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR**" para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social na perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "**APL**" completando assim todos os requisitos necessários para receber o **Título de Especialista**.

Matinhos, 10 de abril de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Msc. Giselle Ávila de Leal  
Meirelles

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Jussara Rezende Araujo

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Graciela Ines  
Presas Areu

  
\_\_\_\_\_  
Estudante  
Clarice Colett

**Conceitos:**

**APL = Aprendizagem Plena**  
**AS = Aprendizagem Suficiente**  
**APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente**  
**AI = Aprendizagem Insuficiente**



**OBSERVAÇÃO:**

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEIXAR O ESPAÇO PARA O CONCEITO EM BRANCO E REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO, COM ASSINATURA DO ESTUDANTE. O ESTUDANTE TERÁ O PRAZO DE UM MÊS PARA REFAZER O TRABALHO, O QUAL SERÁ REAVALIADO SOMENTE PELO PROF. ORIENTADOR.

## RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar se a dependência química interfere nas relações sociais, a partir dos detentos de Matinhos, litoral do Paraná, que estão no Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais-Pr. O trabalho se desenvolveu mediante pesquisa qualitativa, abordagem dialética e técnica de entrevista. Como resultados, os detentos manifestaram que as relações sociais sofrem alterações com a dependência química, a partir da penalização que esse procedimento impõem a si mesmo e às famílias, mas que a prática de furtos para conseguirem o dinheiro para a compra de drogas é muito mais sério, pois resulta muitas vezes em detenção. Uma vez que isso ocorre, demonstram que a falta está sempre presente, tanto no que se refere a família quanto no que diz respeito a se sentir privado da liberdade, o que é agravado pela falta de trabalho para alguns, pela falta de leitura para outros, pelo tédio para outros. Na ociosidade de um tempo morto para sua história de vida, cada qual tenta preenche-lo de uma forma: pensando no seu passado e no seu futuro, aprendendo com os mais experientes “a malandragem” dos atos, “manipulando” os pensamentos. Mas todos manifestam o desejo de mudança de vida e sabem que encontrarão dificuldades de reinserção social, pela falta de credibilidade. Diante dos fatos, considera-se que o Estado é responsável por estabelecer políticas públicas mais sérias de prevenção e que a sociedade tem um papel social a desempenhar, o de fazer surgir de seu interior, meios que evitem que outros adolescentes ou jovens tornem-se dependentes e/ou assim permaneçam e que os que buscam tenham mais oportunidades concretas de tratamento.

Palavras-chave: dependência química, detenção, relações sociais.

## ABSTRACT

This article intends to analyze if the chemical dependence changes the social relationships between the inmates of Matinhos in the Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais-PR. This work was made by a qualitative research, a dialectical approach and technical interviews. As a result of this work the inmates showed that the social relationships suffers changes with the drug addiction starting by the self inflicted penalties and family penalties. Also crimes committed by the addicted can generate another sentence. Once it occurs is demonstrated a deep missing of the family, lack of a occupation or job, and lack of education or some reading to pass time and keep away the spleen. In this dead time to his personal history of life each one tries to fill it: thinking about his past and future, learning new schemes, manipulating his own thoughts. But all of them manifest a wish of a new life and know the difficulties to his rehabilitation. Facing these facts it's supposed that the State is responsible for the establishing of more serious politics of prevention and that society has a role that is: make means to keep the young people away from the drugs and drug addiction, and make better opportunities for treatment.

**Keywords:** chemical dependence, detention, social relationships.

## LISTA DE SIGLAS

ABP –	Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)
CDPSJP –	Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais
CID –	Classificação Internacional das Doenças
DEPEN –	Departamento Penitenciário
LEP –	Lei de Execução Penal
OMS –	Organização Mundial de Saúde
UFPR –	Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>10</b>
2.1 DEPENDÊNCIA QUÍMICA .....	10
2.1.1 Histórico dos conceitos e teorias da dependência química .....	10
2.1.2 Aspecto social, profissional da toxicomania e os conflitos familiares .....	13
2.1.3 Dependência física e psíquica.....	14
2.1.4 Tipos de drogas e associações .....	15
2.1.4.1 Álcool.....	15
2.1.4.2 Maconha.....	16
2.1.4.3 Cocaína .....	17
2.2 A QUESTÃO DOS PRESÍDIOS E AS RELAÇÕES SOCIAIS .....	18
2.3 CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (CDPSJP) .....	19
2.4 LEIS DE EXECUSÕES PENAS (LEP) .....	23
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>25</b>
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>29</b>
4.1 INFORMAÇÕES GERAIS .....	29
4.2 DEFINIÇÃO DE DETENÇÃO A PARTIR DOS DETENTOS .....	31
4.3 MOTIVOS DA PRISÃO .....	32
4.4 CAUSAS.....	34
4.5 REFLEXÃO.....	35
4.6 REPERCUSSÃO FAMILIAR .....	35
4.7 MOTIVAÇÃO AO USO DE DROGAS.....	37
4.8 DETENÇÃO E MUDANÇAS.....	41
4.9 DISCRIMINAÇÕES .....	44
4.10 TRATAMENTO PRISIONAL.....	45
4.11 A VIDA DO DETENTO PODE MELHORAR.....	46
4.12 A DROGA NA PRISÃO PROVISÓRIA .....	48
4.13 PARTICIPAÇÃO PELA REDUÇÃO DA PENA .....	50

4.14 MUDANÇAS POSTERIORES .....	51
4.15 INSERÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO .....	53
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como propósito analisar como a dependência química interfere nas relações sociais, a partir dos detentos do Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais-PR.

O objeto de pesquisa foi delimitado nas relações sociais construídas pelos presos provisórios provenientes do litoral do Paraná, Matinhos, atendidos pelo Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais CDPSJP. Como observação participante, o trabalho começou setembro de 2008 com o módulo de metodologia de pesquisa científica. A entrevista foi realizada no período de 25 de fevereiro a 1.<sup>o</sup> de março de 2010.

Neste trabalho de conclusão de curso considera-se a prática de delito como uma expressão da questão social. E aponta-se para a existência de uma resposta estatal a essas questões, com o aumento de construção de prisões, para colocar em prática aquilo que chamamos de justiça.

A pesquisadora, que iniciou sua carreira de Assistente Social em março de 2008, no CDPSJP, através de concurso público realizado pela Secretaria de Estado de Saúde, e posteriormente com opção de vaga para a Secretaria Estadual de Justiça, ao buscar especialização no curso de Serviço Social: “A Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar da UFPR-LITORAL”, sentiu a necessidade de analisar o que os detentos têm a dizer sobre a dependência química e as relações sociais. Embora desde sua implantação, em 2005, tenha existido levantamento estatístico dos atendimentos realizados pelo serviço técnico, e da caracterização dessa população, não houve um estudo qualitativo da população carcerária.

O objetivo desta monografia é analisar como a dependência química interfere nas relações sociais, a partir dos detentos de Matinhos, litoral do Paraná, que estão no Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais-PR.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 DEPENDÊNCIA QUÍMICA

#### 2.1.1 Histórico dos conceitos e teorias da dependência química

Desde a Antiguidade o homem utiliza substâncias extraídas da natureza, com objetivos diversos: medicamento, veneno, ou como forma de modificar seu estado de ânimo e percepção. É o comportamento de procurar alguma coisa que atenda as suas necessidades. Conforme Sielski (1999, p.19), “inicialmente as substâncias eram utilizadas com finalidades mágicas, com o objetivo de incrementar com as mesmas a pretensa ação de feitiços e encantamentos”.

Substâncias não produzidas pelo organismo, e que causam modificações ao seu funcionamento são denominadas drogas. Quando agem diretamente no sistema nervoso central são denominadas psicoativas ou psicotrópicas. Seibel (2001, p. 1) define “substâncias ou drogas psicoativas são aquelas que modificam o estado de consciência do usuário”.

Segundo Edwards e Lader (1994), em 1946, nos Estados Unidos, foram realizadas reuniões com o objetivo de elaborar as definições a respeito da dependência ao álcool. O uso do álcool socialmente e moralmente aceito foi abordado como um problema de adição pela medicina, mas a embriaguez foi classificada como doença.

Em Lettson (1787) *apud* Edwards e Lader (1994, p.15):

[...] aqueles de hábito leve, que tentaram superar sua fragilidade nervosa através da ajuda da bebida alcoólica, muitos deles começaram a usar esse tóxico, por convicção de sua utilidade e não por uma questão de gosto; porém, como o alívio é temporário, o uso freqüente, para manter seus efeitos, conduz à mesma ilusão até que, finalmente, o que era obtido por compulsão torna-se um apego à bebida e um pequeno gole de rum ou de gin com água torna-se tão necessário quanto o alimento; o sexo feminino, por sua fragilidade, adquire esse costume gradativamente, e o tóxico, ingerido em pequenas doses, apesar de lento, não é menos doloroso em seus efeitos.

No século XIX, o conjunto de forças políticas, culturais e sociais enfatizou o conceito de adição e restrição ao uso de ópio na medicina.

A condição de embriaguez foi atribuída a problemas de organização nervosa assim como a epilepsia e a insanidade. Foi considerado que a doença era transmitida hereditariamente, isentando o bebedor da responsabilidade pelo desejo intenso de beber. É no tecido cerebral que se origina a grande vontade de ingerir bebida alcoólica.

O tratamento médico passa a ser visto como humanitário através do confinamento compulsório nos sanatórios para alcoolistas. Assim, era realizada a higiene social aceita pela classe dominante.

Após a primeira guerra mundial, houve a teorização a respeito do uso de álcool e drogas como insanidade moral ou “doença da vontade”. Os psiquiatras voltaram-se para o estudo do subconsciente. Iniciou o tratamento das neuroses do pós-guerra. A psicologia e a bioquímica contribuíram para a elaboração de programas especializados no tratamento do alcoolismo.

Com a Segunda Guerra Mundial, a psicologia ajudou na expansão da psiquiatria através do estudo da mente realizado por Freud.

Nos anos 1970, com a necessidade de classificar as pessoas por motivos legais, médicos ou psiquiátricos, e melhor descrever as diferenças, a Associação Americana de Psiquiatria publicou o Manual de Diagnósticos e Estatísticas separando as categorias alcoolismo e dependência de drogas.

Em 1977, a Organização Mundial de Saúde (OMS) começou a rever os conceitos e definições existentes, passando a considerar a dependência ao álcool e a outras drogas como um problema social e uma doença, definindo-a como síndrome.

Nos anos 1980, a Saúde Pública passou por uma reformulação assumindo esses programas de combate à dependência, com caráter primário e epidemiológico, pois era crescente o número de casos de pacientes alcoolistas, com tuberculose, envolvidos em acidentes de trânsito, detidos ou reinternados.

Quando se trata da definição que origina a dependência ao álcool e drogas, percebe-se que existem algumas contradições na área social, científica e médica. Popularmente o dependente químico é visto como um indivíduo preguiçoso, sem vontade, irresponsável, doente. É chamado pejorativamente de bêbado ou dopado. Na área médica é considerado um doente e precisa ser medicado. Na psiquiatria e

psicologia é visto como um doente mental e precisa ser atendido pela rede de Saúde Pública.

A síndrome da dependência é tida como um grupo inter-relacionado de sintomas cognitivos, comportamentais e fisiológicos. As incapacidades relacionadas ao álcool, por outro lado, consistem em disfunções físicas, psicológicas e sociais que se seguem direta ou indiretamente ao uso excessivo da bebida e da dependência. (EDWARDS; LADER, 1994, p. 44).

Com a nova revisão da Classificação Internacional das Doenças (CID), a definição da dependência de drogas ficou idêntica à definição da dependência de álcool, por terem levado em consideração os aspectos físicos e psicológicos da síndrome.

Na década de 1980, nos Estados Unidos, juízes estabeleceram que esses viciados deveriam ficar excluídos de programas de benefícios sociais, educacionais e auxílio previdenciário por incapacidade, nos casos de alcoolismo primário (má conduta desejada), ou seja, quando o alcoolista optou por beber em excesso. Já no alcoolismo secundário, oriundo de problemas psiquiátricos, desde que houvesse comprovadamente um diagnóstico, era garantido o direito aos benefícios. Porém, a Associação Médica Americana reconhece que o alcoolismo primário e secundário são involuntários porque o dependente não consegue controlar o seu beber.

Enfim, a definição com relação à dependência pode ter várias matizes, várias interpretações, por ser elaborada por grupos de diferentes áreas (médica, científica, moral ou legal) que podem usá-la de acordo com suas interpretações e/ou conhecimentos científicos.

O conceito adotado pela autora deste artigo é que a dependência da droga ocorre por questões sociais, como reflexo da sociedade onde o dependente está inserido. E entende-se que não existem comportamentos e atitudes homogêneas mesmo dentro do contexto dos grupos que utilizam drogas. Estas diferenças associam-se não só ao aspecto econômico, mas às tradições culturais de cada indivíduo e às especificidades no consumo de drogas que, como se verá na pesquisa de campo, são diferentes.

### 2.1.2 Aspecto social, profissional da toxicomania e os conflitos familiares

Segundo a OMS a toxicomania é um estado de intoxicação periódica ou crônica, nociva ao indivíduo e à sociedade, produzida pelo consumo de uma droga natural ou sintética.

Na medicina, muitas drogas são utilizadas. Em pequenas dosagens e, quando controladas, bem controladas curam diversas doenças. Porém, o uso excessivo intoxica o organismo trazendo prejuízos à saúde biopsicossocial.

Devido à falta de esclarecimento, a população fica indefesa diante dos acidentes diários que prejudicam a saúde pública. Chegando ao atendimento de emergência, muitos pacientes estão em alto grau de intoxicação com dependência física e/ou psicológica e sem condições de explicar sobre o contexto em que foi utilizado o agente tóxico o que pode comprometer sua própria vida. Os familiares nem sempre conseguem esclarecer os fatos.

Muitas pessoas não conseguem administrar os tóxicos e tornam-se dependentes física e psicologicamente, mas, é importante destacar, o dependente é um sujeito que reflete as relações sociais e familiares. É uma expressão da questão social que envolve inúmeras variáveis. É um reflexo histórico-social das condições pessoais (singulares) e sociais do sujeito, o qual pode optar por um atendimento médico, psicológico ou social para sair deste tipo de alienação.

Quando o dependente químico procura tratamento, é fundamental a participação da família. Muitas vezes, quem procura o médico primeiramente é um familiar que, preocupado, assustado ou desorientado pensa em encontrar alternativas para a abordagem do problema. Segundo Focchi (2001, p. 72), “algumas famílias podem ser encaminhadas a grupos de auto-ajuda, no intuito de aprender a lidar com a questão, bem como obter apoio”.

A família que recebe orientação e apoio fica em melhores condições psicológicas de enfrentar os problemas causados pelo adicto e, assim, oferecer uma base para as mudanças de vida necessárias para o sucesso de tratamento.

Em muitos casos, a família tende a acusar os supostos amigos do usuário de drogas pelo grau de dependência apresentado. Desse modo, os pais sentem isenção de culpa, remorso e escondem do terapeuta a fragilidade das relações

familiares o que dificulta a abordagem. É comum encontrar dificuldade de relacionamento, afeto, falta de limites e estabelecimento dos papéis na estruturação familiar do dependente químico. Mas, através da terapia familiar, é possível trabalhar os conflitos familiares proporcionando um relacionamento mais seguro com base para a efetivação de mudanças.

### 2.1.3 Dependência física e psíquica

A dependência física ocorre pela adaptação das células à presença de substâncias químicas reassumindo sua função parcialmente normal. Para que o organismo tenha as reações semelhantes às do primeiro contato com a droga, são necessárias doses cada vez mais altas e com maior frequência.

A dependência celular também implica uma adaptação de células isoladas à presença da droga em seu ambiente, mas neste caso a adaptação é tão severa que a célula não pode funcionar normalmente na ausência da droga (EDWARDS; LADER, 1994, p. 141).

Com a dependência orgânica instalada, as células não conseguem funcionar “normalmente” quando há a ausência da droga. Essa perturbação no funcionamento celular é chamada de síndrome de abstinência, ou seja, incapacidade do organismo manter-se sem adição de álcool e/ou drogas. Essa síndrome é caracterizada por sinais e sintomas como: *delirium tremens*, ou seja, tremor intenso e alucinações.

Inicialmente, os sintomas são mais leves, menos frequentes e ainda não interferem na capacidade do indivíduo manter suas relações sociais e produtivas; ansiedade, insônia e irritação podem ser atribuídas a outros fatores do dia-a-dia.

Os sintomas mais perceptíveis, segundo Focchi (2001, p. 3), são: físicos (tremores, náuseas, vômitos, sudorese, cefaléia, câimbras, tontura); afetivos (irritabilidade, ansiedade, fraqueza, inquietação, depressão); senso percepção (pesadelos, ilusões, alucinações visuais, auditivas ou tácteis).

Portanto, o organismo possui uma certa tolerância à dependência física. A tolerância é a capacidade das células funcionarem com a ingestão de doses em maiores ou menores quantidades e com maior ou menor frequência. Já a

dependência física é caracterizada pelos sintomas estereotipados, pois, ao ingerir doses elevadas, o funcionamento neuronal fica alterado.

Também há a dependência psicológica, praticamente imensurável, porque abrange o subjetivo. O usuário desenvolve um comportamento de busca das drogas.

Portanto, pode-se afirmar que a dependência está ligada a valores intrínsecos e extrínsecos ao ser humano, uma vez que o vício não é desencadeado apenas por aspectos desviantes da personalidade, mas também, pela sociedade que historicamente busca uma nova sensação de prazer, muitas vezes sem medir as drásticas conseqüências.

#### 2.1.4 Tipos de drogas e associações

##### 2.1.4.1 Álcool

O álcool é a droga de uso mais frequente na sociedade. Em geral quando se refere a álcool é o etanol ou álcool etílico, que é um produto obtido a partir da destilação ou fermentação geralmente a partir de produtos como cevada, milho, cana-de-açúcar, entre outros. É extraído também a partir da madeira (álcool metílico ou metanol), sendo este impróprio para consumo por ser altamente tóxico.

Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) (2009, p.1):

toda a história da humanidade está permeada pelo consumo de álcool. Registros arqueológicos revelam que os primeiros indícios sobre o consumo de álcool pelo ser humano datam de aproximadamente 6.000 a.C. Sendo, portanto, um costume extremamente antigo e que tem persistido por milhares de anos.

Segundo Laranjeira (2004), as respostas da sociedade com relação ao álcool se confundem com a história da Psiquiatria. E acrescenta:

[...] Ainda pagamos um alto preço pelo descontrole social em relação ao álcool. Vivemos, sob vários pontos de vista, em situação semelhante ao que vivia os EUA há mais ou menos dois séculos. Temos cerca de 50% das internações psiquiátricas masculinas devidas ao álcool e uma série de problemas sociais, como a violência, associados a ele. O nosso descontrole pode ser visto em alguns dados: 1) um litro de pinga custa, na maioria dos lugares, menos de meio dólar (nenhum país desenvolvido tem uma bebida

destilada nem mesmo próximo de dez dólares); 2) pode-se comprar bebidas alcoólicas em qualquer lugar, a qualquer hora e por qualquer pessoa de qualquer idade (todos os países desenvolvidos têm critérios bem definidos sobre quando, onde e por quem o álcool pode ser consumido); 3) a propaganda televisiva no país é muito agressiva e visa claramente ampliar o mercado entre as crianças e adolescentes (em nenhum país desenvolvido seria admitida a propaganda do “experimenta, experimenta”)[...] (LARANJEIRA, 2004, p.12).

Os efeitos do álcool no organismo variam de acordo com o tipo de bebida ingerida, o organismo do consumidor e a constância de consumo. Os efeitos são os mais variados, desde um simples mal-estar até a falência múltipla dos órgãos e morte. O consumo do álcool causa, em um primeiro momento, euforia, desinibição e sociabilidade. Conforme aumenta a dose, os efeitos passam ser mais depressivos, causando falta de coordenação motora, diminuição sensitiva, descontrole, sono e até uma espécie de coma, denominado coma alcoólico. O álcool pode deixar também o consumidor com o rosto vermelho, causar dor de cabeça, dificuldade de falar e mal-estar seguido de vômito.

O consumo contínuo de álcool traz conseqüências graves, como doenças em todos os órgãos do corpo humano, em especial o estômago, o fígado, o coração e o cérebro. O álcool está intimamente ligado ao aparecimento de certas doenças como a cirrose, gastrite, polineurite, anemia, pelagra e úlceras cutâneas. Causa também deficiência de vitaminas B1, B2, B6, B12 e C. O álcool afeta também a parte do cérebro que controla a frequência respiratória e cardíaca (CEBRID, 2009,P.2).

Segundo Laranjeira (2004, p.8),

temos poucas informações sobre o custo social do álcool, mas dados coletados por agências internacionais sugerem que pagamos um alto preço pelo álcool. A OMS criou índices que mostram que o Brasil tem o dobro do custo social em relação ao álcool do que os EUA.

#### 2.1.4.2 Maconha

A maconha, chamada cientificamente de *Cannabis sativa*, já é conhecida há pelo menos 5.000 anos, sendo utilizada quer para fins medicinais quer para produzir risos. “O THC (tetrahydrocannabinol) é uma substância química fabricada pela própria

maconha, sendo o principal responsável pelos efeitos da planta” (CEBRID, 2009, p. 1).

Os efeitos físicos agudos são poucos, um deles ocorre nos olhos gerando a hiperemia das conjuntivas, xerostomia e taquicardia. Os efeitos psíquicos agudos dependerão da qualidade da maconha fumada e da sensibilidade de quem fuma.

Há ainda evidente perturbação na capacidade da pessoa em calcular tempo e espaço e um prejuízo na memória e atenção. Assim sob a ação da maconha a pessoa erra grosseiramente na discriminação do tempo tendo a sensação que se passaram horas quando na realidade foram alguns minutos; um túnel com 10 metros de comprimento pode parecer ter 50 ou 100 metros. (CEBRID, 2009, p.1).

#### 2.1.4.3 Cocaína

A cocaína é uma substância natural, extraída das folhas de uma planta exclusiva da América do Sul, a *Erythroxylon coca*. A cocaína pode chegar até o consumidor sob a forma de um sal, o cloridrato de cocaína, ou o crack, que é pouco solúvel em água, mas que se volatiliza quando aquecida e, portanto, é fumada em cachimbos (CEBRID, 2009, p.2).

Os efeitos da cocaína, ou de seus derivados, como crack, mefeta, esta derivada da cocaína, entre outros, são basicamente os mesmos. O aumento das pupilas (midríase), afetando a visão, que fica prejudicada, dor no peito, contrações musculares, convulsões e até coma. Mas é sobre o sistema cardiovascular que os efeitos são mais intensos. A pressão arterial pode elevar-se e o coração pode bater muito mais rapidamente (taquicardia). (CEBRID, 2009, p.2).

A diminuição de prejuízos é um conjunto de medidas dirigidas a pessoas que não conseguem ou não querem parar de consumir drogas. Essas estratégias têm por objetivo reduzir as consequências negativas que o uso de drogas pode ocasionar. Um exemplo são as campanhas orientando as pessoas a não dirigirem após consumir bebidas alcoólicas. Outro exemplo são os programas de troca de seringas dirigidos a usuários de drogas injetáveis (CEBRID, 2009, p. 3).

## 2.2 A QUESTÃO DOS PRESÍDIOS E AS RELAÇÕES SOCIAIS

Segundo Ribeiro (2003), a história dos presídios é tão antiga quanto o surgimento da humanidade. O tratamento desumano ocorre desde os primórdios da humanidade em que as pessoas eram tratadas como animais, amarradas, acorrentadas, presas em cavernas, fossas, troncos, tudo para a privação da liberdade dos delinquentes, dos vencidos na guerra e dos heéges. Com o cristianismo a prisão tomou forma de sanção, um modo de segegação que favorecia a penitência. Daí o nome penitenciária.

No século XVI, surgiram os presídios militares para suprir a mão-de-obra na construção de prédios públicos. Os condenados eram submetidos ao trabalho forçado e vigiados por pessoal armado. E, assim, cada país foi criando presídios ou penitenciárias com o ideal filosófico de destinar as pessoas para o cumprimento da pena com caráter educativo.

No século XVIII, o italiano Cesare Beccaria e o inglês John Howard, preocupados com o direito e a forma de punir, iniciaram um combate aos abusos e torturas cometidos em nome do Direito Penal. Encarcerar alguém deveria ser para proporcionar algum benefício e não uma retribuição do mal com o mal. Nessa época, na França, foi criado o Conselho Superior das Prisões, com o intuito de investigar denúncias de falta de idoneidade na administração dos presídios, atraso do aparelho judiciário e doentes mentais infratores.<sup>1</sup>

A partir do século XIX, os presídios foram concebidos como sistemas diferenciados de reeducação. Segundo Palma (1997, p. 25) “(..) um modelo retrógrado e ineficiente, incapaz de cumprir seu papel, só poderá contribuir para a intensificação da ‘maldade humana’”. Para ele, a ociosidade dos presos é devastadora. As unidades penais deveriam qualificar profissionalmente os detentos para sua reinserção na sociedade. Nesta ótica, o trabalho de caráter educativo contribui para a mudança de valores adquiridos durante a vida pregressa, ajuda na criatividade e aumenta a expectativa de um futuro melhor, com mais qualidade de vida. Um dos grandes problemas nas penitenciárias é humanizar “sem prejudicar a ordem e a disciplina” porque violência gera violência.

---

<sup>1</sup> Os três parágrafos foram tirados da apostila-Módulo de segurança-Curso de Formação em saúde, Jurídico Penal CFSJP/CMP- João Carlos Ribeiro-CMP/2003.

O trabalho de reinserção social, em alguns presídios, passa hoje pelo processo de desintoxicação. Caldas (2007, p. 1) refere este projeto na cadeia de Sorriso (MT) depois de um estudo constatar que “dos infratores que cometem crimes patrimoniais, 75% têm envolvimento com drogas, tanto lícitas (álcool, tabaco), quanto ilícitas (principalmente pasta-base)”.

Por outro lado, em Minas Gerais, a preparação para a ressocialização dos detentos se realiza mediante o trabalho. O Estado é considerado um dos que mais conta com detentos trabalhando proporcionalmente à sua população carcerária. Aproximadamente 6.700 detentos trabalham dentro e fora das unidades prisionais.

### 2.3 CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (CDPSJP)

O CDPSJP foi inaugurado em 2005 com capacidade para 870 vagas carcerárias; é considerado de segurança máxima para presos provisórios masculinos, ou seja, aqueles que ainda não tiveram trânsito em julgado<sup>2</sup> e estão sob segurança e custódia do Estado. Eles são mantidos em grupos de seis em cada cela.

Esses presos são provenientes de delegacias superlotadas de municípios em situação de emergência, de Curitiba e região metropolitana e litoral do Paraná. O órgão responsável pelo encaminhamento é o Centro de Observação e Triagem (COT) do Departamento Penitenciário (DEPEN). Quando de sua entrada no sistema penitenciário, o preso é atendido pela Comissão Técnica de Classificação (CTC) para que seja cumprida a individualização da pena.

Ao adentrar na unidade penal, os detentos passam por uma triagem realizada pela segurança, enfermagem, serviço social, psicologia e jurídica. Nessa triagem o detento fica trinta dias sem receber visita e sem pátio de sol e é atendido pelos técnicos de todas as áreas, também podem receber visita do advogado particular.

O CDPSJP conta com equipe multidisciplinar: Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria, Jurídica, Laborterapia, Enfermagem, Médico, Dentista, Segurança. Todo

---

<sup>2</sup> É um acórdão ou uma sentença da qual não é mais possível recorrer, tendo como motivos ou o fato de já ter passado por todos os recursos ou ter passado o prazo para recorrer.

preso é orientado quando de sua entrada no sistema penitenciário quanto ao estatuto que trata dos direitos, deveres e disciplina. Uma das competências do Assistente Social, conforme Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 em seu artigo 4.<sup>o</sup>, inciso V, é de “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. No caso específico do DEPEN, é o resgate do vínculo familiar e emissão de credenciais de visita, bem como a participação na Comissão Técnica de Classificação e no Conselho Disciplinar e Avaliação Técnica e demais funções descritas para o cargo.

No Sistema Penitenciário do Paraná os canteiros de trabalho que utilizam a mão-de-obra dos presos são regulamentados pela portaria 041/08/DEPEN<sup>3</sup> e são classificados da seguinte forma: canteiros de produção, de manutenção, de artesanato e de empresas cooperadas. Quando da entrada na unidade penal, os detentos passam por uma entrevista com o Agente Penitenciário responsável pela laborterapia, que lhe orienta sobre os canteiros de trabalho, e, se houver interesse, os coloca numa lista de espera. Quando há abertura de vagas, os detentos são avaliados pela Comissão Técnica de Classificação conforme portaria 041/08-Normas Gerais para Canteiros de Trabalho.

Atualmente há 250 vagas para artesanato, é o maior número de vagas porque o trabalho é realizado dentro da própria cela. A família leva o material e vende a produção ou presenteia outros familiares e amigos; 18 vagas na faxina, 06 na conservação, 09 na distribuição de alimentos, 06 vagas na jardinagem (canteiro de trabalho para os presos da terceira idade), 05 vagas na costura de bolas, 04 vagas na barbearia, 02 vagas na biblioteca e, ainda há 32 presos na aula de violão, 12 presos na aula de espanhol e 40 participando de atividade religiosa.

Cabe salientar que todas as atividades realizadas são em parceria com a Segurança, devido aos riscos, a periculosidade do ambiente, nenhuma ação pode ser planejada sem pensar primeiramente na segurança dos profissionais. Isto priva os detentos de maior autonomia em suas atividades e comprova que o sistema

---

<sup>3</sup> O art. 36 da Lei n.º 41 de 2008, determina que “o trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. Parágrafo 1.<sup>o</sup>. O limite máximo do número de presos será de 10% do total de empregados na obra”. O número de vagas para canteiros de trabalho que correspondiam a 10% do total de presos foi aumentado para 30%, em 2009, no CDPSJP. Embora a maioria seja de artesanato pela falta de estrutura física para implantação em outros canteiros.

penitenciário brasileiro reforça ou mantém a “periculosidade” do sujeito encarcerado. É possível entender que as atividades educativas acabam tendo um sentido muito mais formal de contenção comportamental do que de participação criativa e efetiva dos detentos, uma vez que parecem não promover a superação do “risco” que perpassa a representação social em relação ao preso.

A rotatividade de presos provisórios é enorme; o tempo de permanência pode variar de um dia a dois anos e meio, aproximadamente. Lembrando que a população carcerária é do sexo masculino e não há visita íntima, apenas visita social.

A “visita íntima”, conforme a portaria 042/2008, não está sendo cumprida porque, segundo informações da instituição, o CDPSJP foi construído sem estrutura física para tal.

E seria importante pelos mesmos motivos das demais pessoas, por alimentar a relação, renovar o afeto, o amor, o carinho e também manter a família.

A visita é realizada nos finais de semana, sábado ou domingo com duração de até três horas, conforme portaria do DEPEN; e, no segundo final de semana de cada mês, é a visita das crianças, filhos ou irmãos menores acompanhados de um adulto responsável.

No dia de visita é distribuída senha para entrada na unidade penal. A revista feminina é realizada pelas Agentes Penitenciárias e a revista masculina pelos Agentes Penitenciários.

Cada visitante é encaminhado para uma sala individual e na presença do (a) Agente Penitenciário (a) deve tirar toda roupa, é passado uma “raquete” detectora de metais. As mulheres, ainda despidas, devem fazer agachamento com um espelho em baixo, se necessário usar absorvente íntimo deverá trocar pelo fornecido na própria unidade penal.

O segundo final de semana de cada mês é reservado para a visita das crianças (filhos e irmãos dos detentos) acompanhados de adulto responsável. As crianças também passam por revista minuciosa e, se necessário usar fralda, deverá trocar pela fornecida pela unidade penal.

De acordo com a Segurança do Centro de Detenção, isso é necessário para evitar a entrada de objetos não permitidos como celulares e assessórios, ferros, lâminas, facas, etc., que nas mãos dos detentos viram armas contra a própria segurança e contra os desafetos entre os próprios detentos. É comum se ver nos noticiários sobre rebeliões e fugas nos presídios.

Por outro lado, é uma humilhação para as pessoas ao terem que se despirem e se exporem ao espelho para a revista. Vê-se que mesmo sendo um Centro provisório, esse tratamento constrange as pessoas.

### A alimentação

É fornecida três vezes ao dia por uma empresa contratada pelo Estado. Segue em marmitas de isopor. Na gíria dos detentos é chamada “blindada”, pois houve uma época em que o material era de alumínio. Também há uma lista pré-aprovada pela Segurança de outros alimentos complementares (bolacha, leite, chocolate, etc.), bem como material de higiene e limpeza (detergente, sabão em pó) que os familiares podem levar uma vez por mês, chamada de “sacola” e outros alimentos para lanches no dia de visita.

Para o repouso, cada cela possui duas triliches, chamadas na gíria de “jega”, com colchões e um banheiro, cujo vaso sanitário é chamado de “boi”. São alojados seis detentos em cada cela.<sup>4</sup>

Antigamente, tomavam banho às 5 h da manhã com água e temperatura ambiente. Hoje, escolhem o horário que acham melhor.

Quanto ao tratamento dentário e médico, há dois dentistas, um médico clínico e uma psiquiatra, uma enfermeira e cinco técnicos de enfermagem para atendimento aos detentos.

No que diz respeito ao lazer, é permitida uma televisão para cada cela, que a família leva. O banho de sol no pátio é permitido três vezes por semana, bem como o futebol.

A atividade religiosa é realizada por pastor uma vez por semana para os detentos que tiverem interesse. A pastoral carcerária (da Igreja Católica) embora tenha feito reunião com a direção no início de 2009 para desenvolver atividade religiosa no CDPSJP até o momento não o fez.

Alguns fazem atividades de artesanato dentro da cela. O material é entregue pelas famílias. E no dia de visita levam o que foi produzido. Além da remissão de

---

<sup>4</sup> Os detentos criam uma linguagem própria para a comunicação. É um mecanismo de defesa. Muitas estratégias por parte dos criminosos são elaboradas usando gírias, assim ficam com maior chance dos planos darem certo. Por exemplo, o que para nós é um cadeado, para eles é chamado de “sapo”. Assim é com a cama=jega e vaso sanitário=boi. Essas são as gírias mais antigas e nem mais secretas.

pena o detento contribui para o sustento da família e para compra de mais material, comida, roupa para os próprios detentos e passagem no dia da visita.

No cotidiano, embora na literatura apareça a palavra “cela”, é utilizado o termo “xadrez” ou “cubículo”.

## 2.4 LEIS DE EXECUSÕES PENAIS (LEP)

No Brasil, até 1830, o direito penal era baseado na brutalidade das sanções corporais e na violação dos direitos do acusado. Nessa época, foi criado o Código Criminal do Império que trazia consigo idéias de justiça e de equidade, influenciado pelas idéias liberais que inspiraram as leis penais europeias e dos Estados Unidos, objeto das novas correntes de pensamento e das novas escolas penais.

No final do século XIX, em razão da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, o Código Penal da República, de 1890, já previa diversas modalidades de prisão, como a prisão celular<sup>5</sup>, a reclusão, a prisão com trabalho forçado e a prisão disciplinar, sendo que cada modalidade era cumprida em estabelecimento penal específico.

No início do século XX, as prisões brasileiras apresentavam precariedade de condições, superlotação e o problema da não-separação entre presos condenados e aqueles que eram mantidos sob custódia durante a instrução criminal, situação esta que além de não mudar, ainda está pior.

Em 1940, foi publicado através de Decreto-lei o atual Código Penal, o qual trazia várias inovações e tinha por princípio a moderação por parte do poder punitivo do Estado. No entanto, a situação prisional já era tratada com descaso pelo poder público, demonstrado pelo problema das ou observando-se e já era observado o problema das superlotações das prisões, da promiscuidade entre os detentos, do desrespeito aos princípios de relacionamento humano e da falta de aconselhamento e orientação do preso, visando realmente, a sua reinserção social.

A LEP trouxe normas fundamentais sobre os direitos e obrigações do sentenciado no curso da execução da pena. Ela tem fundamental importância para

---

<sup>5</sup> Privação de liberdade, em regime fechado, cumprida em penitenciária, caracterizada pela reclusão. Em 1890, era considerada punição moderna.

os presos, uma vez que visa preparar o recluso para o retorno ao convívio social e a retomada de suas relações sociais e produtivas. Em seu artigo 1.º consta a necessidade de condições que propiciem a reintegração social do preso. Assim, o seu isolamento não é só uma retribuição do mal com o mal. Para ressocializar, é preciso aplicar a individualização da pena. Porém, devido à superlotação, é praticamente impossível aplicar um tratamento individual para cada preso. A própria superlotação já é um descumprimento da LEP que, em seu artigo 84, diz: “o estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com sua estrutura e sua finalidade”.

Também é difícil concretizar o processo de trabalho ou laboral do preso, que consiste um direito. A questão do trabalho do preso, que é colocado como um direito. Com a atual estruturação dos presídios é difícil supervisionar a atividade laborativa que, quando oferecida, tem pouca aceitação ou é inadequada às atuais exigências do mercado de trabalho. Com isso, o preso não é requalificado e quando retorna ao convívio social se torna livre está inapto a concorrer a uma vaga no tão competitivo mercado de trabalho.

Há ainda o fato de que nos presídios não são separados os presos provisórios e primários, e que cometeram delitos de menor gravidade, dos reincidentes e de alta periculosidade. Isso é um grande obstáculo para a ressocialização, pois essa convivência negativa da sub cultura, da promiscuidade, é fortemente introjetada nos presos de menor periculosidade. As prisões passam a ser chamadas de escolas do crime.

Desse modo, além da perda da liberdade o preso sofre com o descumprimento da LEP, ferindo, desse modo, o princípio da legalidade, o qual deveria nortear todo o procedimento executivo penal. Os presos, que na maioria das vezes provêm das periferias, são colocados ainda mais à margem da sociedade.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa aqui adotada é a pesquisa qualitativa. Busca-se a orientação de Bogdan (1994), que considera a pesquisa qualitativa na perspectiva sociológica, um modo de ver, coerente com o que se pretende com esta pesquisa.

Segundo Bogdan, Biklen (1994, p.16), a investigação qualitativa tem como características: o ambiente natural como fonte direta dos dados, “a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação; a investigação qualitativa é descritiva; os pesquisadores que trabalham com pesquisa qualitativa valorizam mais o processo do que os resultados ou produtos, tendem a analisar os dados de forma indutiva e dão especial importância aos significados.

A abordagem escolhida para este trabalho é o método dialético-crítico. Segundo Konder (1985, p. 70),

A dialética aponta na direção de uma libertação mais efetiva do ser humano em relação ao cerceamento de condições econômicas ainda desumanas... Uma das características essenciais da dialética é o espírito crítico e autocrítico. Assim como examinam constantemente o mundo em que atuam, os dialéticos devem estar sempre dispostos a rever as interpretações em que se baseiam para atua.

Assim, busca-se refletir sobre o contexto que envolvem os detentos, nos aspectos histórico, político, econômico e social, considerando-os sujeitos da intervenção estabelecidas pelas relações de poder, com competência para mudar a realidade dinamizando-se na estrutura da sociedade e assumindo uma posição.

Como técnica, optou-se também pela entrevista, por ser a mais usual no trabalho de campo. Consiste em um meio de coleta de dados e informações, sobre determinado tema científico.

Segundo Marconi; Lakatos (1996, p.84),

a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

De forma mais específica, optou-se pela entrevista focalizada, caracterizada como um processo que objetiva a coleta de conhecimento e a análise de tópicos específicos do domínio, através de um roteiro (como se dispõe no Anexo 1) com os principais tópicos relativos ao assunto da pesquisa. Este instrumento requer um

roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser. Sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal (LAKATOS; MARCONI, 1985).

Este instrumento foi selecionado para entrevistar os presos provisórios atendidos pelo CDPSJP. Procurou-se adotar a observação participante, técnica que proporciona efetivas aproximações diretas através da participação do pesquisador na realidade observada, permitindo a observação dos fenômenos que integram o objeto, possibilitando as transformações do objeto. Portanto “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo” (MARCONI; LAKATOS, 1996, p.82).

A observação participante parte do pressuposto de que o ambiente exerce grande influência sobre os indivíduos. O pesquisador interage com sujeitos e realiza coleta de dados sistemática, captando palavras elucidadas e ilustradas que acompanham o comportamento dos observados. “É obtida por meio de contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos autores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seu ponto de vista” (CHIZZOTTI, 1998, p. 90).

Embora o CDPSJP conte com um universo de 863 presos, foram selecionados os detentos provenientes do município de Matinhos/PR. Do total de 18 detentos, foram entrevistados 12, como amostra significativa do total de 18 detentos provenientes do Litoral do Paraná.<sup>6</sup> Portanto, optou-se pela amostragem não probabilística intencional uma vez que os sujeitos entrevistados foram escolhidos com “base no julgamento pessoal do pesquisador”, tendo como critério principal o ser procedente do litoral de Matinhos e ter envolvimento com drogas ilícitas por ser o objeto de investigação. Por isso, as estimativas obtidas “não serão estatisticamente projetáveis para a população” (BUNCHAFT; KELLNER, 1998).

De acordo com Mattar (1997, p. 270), a amostragem não probabilística intencional se caracteriza por conhecer a localização da população, assim pode escolhê-la para a composição da amostra. “Se os critérios de julgamento na escolha

---

<sup>6</sup> A opção pelos detentos provenientes do Litoral do Paraná foi uma recomendação da UFPR Setor Litoral, seguindo o princípio de que o estudante deve oferecer contrapartidas sociais e, portanto, pois acredita que a pesquisa precisa ter correlação com o local onde foi implantado o curso de especialização.

da amostra forem corretos, uma amostra intencional deverá trazer melhores resultados para a pesquisa que uma por conveniência”.

Assinala-se a análise de conteúdo como técnica proposta para tratamento dos dados a serem coletados visto ser um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento, que visa conhecer aquilo que está incutido nas mensagens, formas de expressão dos sujeitos sociais, buscando chegar além da superfície, da aparência, da simplicidade dos fatos, para alcançar o âmago das coisas, a sua real profundidade.

Buscou-se uma análise de conteúdo baseada nos resultados alcançados com estudo, obtidos através dos procedimentos metodológicos acima descritos, fundamentados teoricamente.

Através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas (...) diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. (MINAYO, 2000, p. 74).

Segundo Barros e Leheld (1996, p.70), a análise de conteúdo é “utilizada para estudar e analisar material qualitativo, buscando-se melhor compreensão de uma comunicação ou discurso, de aprofundar suas características gramaticais às ideológicas e outras, além de extrair os aspectos mais relevantes”.

A análise de conteúdo foi realizada em três momentos: no primeiro, a pré-análise consistiu na classificação do material analisado. O segundo momento, da descrição analítica, houve estudo e apreciação minuciosa do material já classificado, e por fim, o terceiro momento, nomeado de interpretação inferencial, foi o mecanismo fundamentado na pré-análise e na descrição analítica, apoiando-se nos dados empíricos e teóricos, objetivando a interpretação dos mesmos. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica dá sentido à interpretação (TRIVINOS, 1990).

Buscou-se, neste trabalho, aprofundar o conhecimento e explicitar os significados das seguintes categorias: dados sócio-demográficos (idade, localidade, escolaridade); vínculo familiar e social e reincidência criminal, demonstrando as ligações existentes entre as mesmas e a influência delas na reinserção familiar; uso de drogas e situação de saúde;

Com referência à realização das entrevistas, salienta-se que três foram realizadas no dia 25 de fevereiro de 2010, outras seis no dia 26 de fevereiro e três, no dia 1.<sup>o</sup> de março próximo passado.

Será mantida a privacidade dos dados coletados, não sendo expostos nomes nem endereços, ou seja, os dados coletados serão anônimos.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Os entrevistados tinham idade entre 19 e 37 anos. Embora fossem sete os que estavam empregados antes de serem detidos, todos declararam a profissão: dois mecânicos, um marceneiro, um marinheiro, um professor de inglês, um carpinteiro, um pedreiro, dois ajudantes de pedreiro, dois garçons e um pintor.

Tinham grau de instrução entre 4.<sup>a</sup> série do ensino fundamental (fase I) e 1.<sup>o</sup> ano do ensino médio. O que estava na 4.<sup>a</sup> série tinha renda familiar entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00. Os três que cursavam a 5.<sup>a</sup> série recebiam entre R\$ 700,00 e R\$ 900,00. Os dois que estudavam na 6.<sup>a</sup> série recebiam entre R\$ 300,00 e R\$ 800,00. Os dois que estavam na 8.<sup>a</sup> série recebiam entre R\$ 700,00 e R\$ 1700,00, e o que havia cursado o 1.<sup>o</sup> ano do ensino médio recebia R\$ 1.900,00, salário um pouco maior do que tinha cursado o ensino médio completo, que recebia R\$ 1.700,00.

Com as informações sobre tipo de profissão, grau de instrução e salário, tem-se as indicações de que os entrevistados trabalhavam, ou quando foram detidos ou anteriormente. As profissões acima tanto podem ser desenvolvidas por profissionais liberais quanto por empregados. No caso deles, pelo fato de terem pouco estudo ou ainda estarem estudando, precisavam aceitar o trabalho que era possível fazer, como empregados. O salário de quem estava na quarta série era bem inferior daquele que estava no ensino médio. Os que estavam na 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> série, com exceção de um (que recebia R\$ 300,00), era de R\$ 800,00 em média, portanto, bem maior do que recebia quem estava na 4.<sup>a</sup> série, entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00. Mas era grande a diferença de quem tinha cursado a 8.<sup>a</sup> série, entre R\$ 700,00 e R\$ 1.700,00. Com mais estudo, os que tinham cursado o ensino médio recebia um salário melhor. Mais adiante, eles vão se referir diversas vezes à profissão, estudo e salário, tanto abertamente quanto nas entrelinhas. Essas são informações importantes porque mostram que mesmo quem trabalha, estuda e procura ter um emprego está sujeito a se tornar dependente químico, por outros processos sociais, como se verá adiante.

Quanto à informação “Tempo de detenção já cumprida e quanto tempo falta para sair?”, os entrevistados responderam:

- a) um ano e três meses – faltando cinco meses;
- b) um ano e sete meses – faltando quatro anos;
- c) um ano e cinco meses – faltando oito anos; nove meses;
- d) não sabe por não foi condenada ainda;
- e) um ano e dois meses – ainda não foi condenado;
- f) dois anos e nove meses – faltando três anos;
- g) onze meses - não sabe;
- h) um ano e cinco meses – faltando 25 dias;
- i) três anos e oito meses – não foi condenado ainda;
- j) um ano e cinco meses – faltando dois meses;
- k) três meses – ainda não teve audiência;
- l) um ano e seis meses – no próximo mês.

Cabe observar que quando os entrevistados respondem que não sabem é porque o processo está em andamento, ainda não tiveram audiência, não foram ao Fórum para serem ouvidos. Eles estão aguardando a decisão do juiz, que é quem condena ou absolve. É ele que estipula o tempo que o detento deverá cumprir para cada delito. Às vezes o detento é preso em flagrante, continua com direito a defesa. Os que sabem quanto tempo falta é porque já foram condenados a cumprir tantos anos em regime fechado. E estão aguardando vaga para transferência para um presídio próprio para condenados.

No que se refere aos diferentes tempos de estada na prisão provisória, conforme indicado pelos entrevistados, é porque não há um tempo limite, tudo depende do judiciário. Na prática, sabe-se que alguns delitos, por acumulo no judiciário, demoram mais e depende também de quantas pessoas estão no processo. Por exemplo, uma quadrilha, quanto maior mais tempo levará porque são muitos detentos para serem ouvidos pelo juiz. Se o detento é absolvido, o CDPJP deve aguardar o alvará de soltura expedido pelo Juiz que é entregue pelo Oficial de Justiça e isso pode demorar até 30 dias, depende do Oficial, não há um tempo definido.

Quando condenado, o tempo que ele ficou como provisório conta para fechar o tempo que foi condenado. Por exemplo, um detento foi condenado a cumprir cinco

anos em regime fechado, ficou como provisório dois anos. Então só restam três anos. O detento também pode recorrer se não aceitar a sentença e enquanto isso continua provisório. O juiz vai determinar se o detento cumprirá pena em regime fechado, semi-aberto ou aberto. Então o detento deverá aguardar vaga para transferência em outra unidade penal própria para o cumprimento da pena. Depois de confirmada a sentença, a condenação é usada a expressão transito em julgado.

#### 4.2 DEFINIÇÃO DE DETENÇÃO A PARTIR DOS DETENTOS

O que se tratou anteriormente referiu-se aos dados pessoais. Como ponto de partida da entrevista, propriamente dita, solicitou-se para que o sujeito entrevistado definisse o que é ser um detento.<sup>7</sup>

Alguns responderam que é ser privado da família: “(...) É ser privado de muitas coisas que a gente gosta de fazer, até mesmo da família”. (L3). “Tenho uma filha e ela depende de mim”. (L1). É algo “muito ruim, a gente fica isolado do mundo, da família, não desejo nem ao pior inimigo, cadeia nem para bicho serve.” (H1).

Eu tinha minha família mais linda e me deixei levar pelas drogas, foi uma besteira que fiz, caí nas drogas. É ruim ser preso porque tirou a coisa mais preciosa: vê meu filho, meu filho tem três anos, não vejo ele crescer, quero uma vida diferente da minha para ele, quero que ele estude. (S2)

“Para mim, é uma dificuldade que eu nunca tinha passado ainda. Deu para ver como é ruim ficar longe da minha família. E ver que sou novo e posso levar uma vida boa, trabalhar. E mudar enquanto é tempo ainda”. (J2)

A privação da família é manifestada com sentimento pelos entrevistados, principalmente o fato de ter filhos pequenos e não poder acompanhar seu crescimento. S2 quer uma vida diferente para o filho, que ele estude. J2 se motiva à mudança pela falta que sente da família.

Para outros, ser detento é viver o sofrimento: “Para mim, nas condições do Brasil, nas condições atuais, no Paraná, é simplesmente sofrer porque não tenho estudo, trabalho, nada.” (C3). “É pagar pelas coisas erradas que se faz”. (R1). “É

---

<sup>7</sup> Quanto às respostas, seguem-se as normas da ABNT da UFPR para as quais citações até três linhas permanecem no corpo do texto, com mais de três linhas precisam ser deslocadas.

ruim, muito ruim” (J2). “É triste, só a gente que está aqui é que sabe o sofrimento, é ruim. Já fui preso várias vezes, é ruim.” (R3). “É privacidade da liberdade. Cometi um crime e tenho que pagar por ele, claro.” (P1). C3 acrescentou viver uma vida difícil e atribui sua situação atual à falta de estudo e de trabalho. R3 e P1 mostram vivenciar uma situação de sofrimento pela privação da liberdade e pela necessidade de pagar pelo que fez.

Nas manifestações acima, observa-se que a falta de liberdade chama para outras faltas, a do estudo, a do trabalho, da família, faltas que causam sofrimento, remorso, desejo de mudança e a dúvida se conseguirá praticá-la. Mas essa valorização da liberdade perdida tem ainda outra causa de sofrimento, a de se adaptarem ao ambiente “murado”.

A propósito, Goffman (2005, p. 150), comenta que

as organizações “muradas” têm uma característica que compartilham com poucas outras entidades sociais: parte das obrigações do indivíduo é participar *visivelmente*, nos momentos adequados, da atividade da organização, o que exige uma mobilização da atenção e de esforço muscular, certa submissão do eu à atividade considerada. Esta imersão obrigatória no atividade da organização tende a ser considerada como símbolo do compromisso e da adesão do indivíduo; além disso, indica a aceitação, pelo indivíduo, das consequências da participação para uma definição de sua natureza.

Talvez isso esteja implícito na afirmação de L2, para quem detenção é sinônimo de humildade: “Ah, tem que ficar humilde, tem que ficar como uma criança, como uma criancinha porque se ficar nervoso não dá certo. Às vezes eu fico nervoso, mas ai eu controlo.” Essa afirmação de L2 evidencia que a docilidade do bom detento é sinônimo daquele que se enquadra nas normas da instituição. Mas ao sair precisará tomar a responsabilidade sobre sua vida e seus atos. Essa necessidade por si é o bastante para que o sujeito se desagregue do meio social e lhe traga muito sofrimento, sofrimento que começa enquanto detido, como referem os entrevistados.

#### 4.3 MOTIVOS DA PRISÃO

A segunda pergunta dirigida aos entrevistados referiu-se ao (s) motivo (s) da prisão. Seis entrevistados informaram que foram detidos por furto e/ou assalto, motivado pelo uso de drogas, cinco por furto ou tentativa de furto (artigo 155), um

por acusação de homicídio, outro por tráfico. Entre outros motivos indicados, encontram-se ainda: “tentativa de homicídio, porte ilegal de arma de fogo, ocultação de cadáver e destruição de patrimônio público” (O3); quarta reincidência em furto (R1), e M1 diz: “121, estão me acusando, nem fui eu que tinha cometido.” (M1).

Drogas, furtos e roubos, tráfico, assaltos e até homicídio, de um lado, afirmação de inocência de outro, e, em diversos casos, falta de dinheiro em geral e principalmente para comprar a droga, em tudo isso há um aprendizado no grupo social do qual ele faz parte, ou do qual ele não participa, mas conhece e agiliza seus contatos para conseguir viver. Zaluar (1999, p. 10) comenta também que

um dos critérios de avaliação da existência de cidadania de hoje é a maneira como o Estado promove a distribuição de seus benefícios e serviços a fim de garantir o atendimento de seus cidadãos, diminuindo a parcela dos marginalizados. O Estado brasileiro ainda não encontrou o caminho para efetivar os direitos sociais de seus cidadãos. As políticas sociais sempre estiveram subordinadas ao processo de acumulação do capital. (...). É neste contexto sócio-econômico mais amplo que o consumo de drogas tem crescido grandemente.

E o crescimento do consumo de drogas não vem ocorrendo somente entre a parcela mais pobre da população, aquela que menos tem escola e participação no mercado de trabalho e esperança de futuro, mas também em outras parcelas. Mas aos entrevistados, como se viu acima, não falta motivo para a “motivação de um ato desviante”, conforme Becker *apud* Zaluar (1999, p. 11), “derivada de uma situação social na qual o agente social não aceita a ordem social ou o atual estado de jogo social e político e se revolta contra ele”, pela transgressão das leis, o que lhes custa muitas vezes a criminalização e a detenção.

E a sociedade, ao ver serem detidos por furtos e tráfico de drogas, acalma-se por supor ter maior garantia social, ficando distante do que foi detido. Mas Garland<sup>8</sup> *apud* Salla, Gauto e Alvarez (2006, p. 14) lembra que

a conseqüente marginalização dos criminosos, resultado da privatização e da institucionalização do sistema, acaba por cortar laços sociais e interromper um processo de solidarização da sociedade em relação aos criminosos, ao limitar o acesso às informações sobre a situação em que se encontram e inibir a solidariedade e a identidade entre os dois grupos.

E, ainda, que existe conflito entre pontos de vistas do detento e da sociedade quando se fala da diminuição das práticas penais e a preocupação com a

---

<sup>8</sup> GARLAND, David **Punishment and modern society** : a study in social theory. Oxford, Clarendon Press, 1995, p. 243.

garantia da segurança, a necessidade de prevenção e a crescente hostilidade em relação aos criminosos. Assim, a segurança é instrumentalizada na sociedade para finalidades políticas, e a punição se torna uma questão ideológica.

#### 4.4 CAUSAS

Perguntou-se também sobre que causas apontavam para a sua prática da contravenção. Três entrevistados disseram que foi a dependência química; dois responderam que foi a dependência química de maconha, *crack*, cocaína e álcool também; para dois foi dependência química mais falta de diálogo familiar. Dos outros quatro, dois responderam que foi por dependência química e problemas financeiros, e dois disseram que foram problemas financeiros.

No item “Outros” da mesma questão, foram apresentadas explicações, como “prática do ato para ajudar uma pessoa doente a comprar remédios caros” (L2); o fato de “ter morado na rua depois do falecimento do pai” (R3), “um deslize de homicídio” (P1). Além de problemas financeiros, S2 indicou que “trabalhava, ganhava bem e quando chovia demais ficava sem serviço e precisava colocar dinheiro dentro de casa.” (S2), por isso teria furtado.

Em resumo, os elementos que estiveram presentes na prática da contravenção tiveram como causas, segundo os entrevistados, dependência química de droga e álcool, problemas financeiros e falta de diálogo familiar. O uso de drogas causa dependência química, que dificulta o diálogo familiar e ocasiona problemas financeiros, que impulsionam ao furto e ao tráfico, ou seja, é a presença de um círculo vicioso alimentado pela sociedade, não exclusivamente nessa ordem. É um ciclo que vai se reforçando à medida que a dependência química se torna maior. A família muitas vezes não sabe o que fazer, pois na sociedade existem ainda poucos locais para tratamentos gratuitos. Desse modo, antes mesmo de ocorrer a detenção daquele que furtou ou traficou, eles e suas famílias já são penalizadas. Costa e Gonçalves (1988, p. 54), lembram que “É importante que a família encontre um espaço aberto para falar de seu temor e de seu sofrimento, quando acompanha o filho ao tratamento”. Mas e o Estado, a sociedade, o que pode fazer? Velho *apud* Zaluar (1999, p.11) defende “a descriminalização do uso e a repressão ao tráfico”, mas a sociedade em seus grupos de bairros e associações também poderiam debater o tema para encontrar outras saídas.

#### 4.5 REFLEXÃO

Os entrevistados foram perguntados também sobre o que pensaram ao serem detidos. Seis entrevistados disseram que tinham consciência de que esse dia ia chegar; outros seis pensaram sobre quem iria sustentar a família a partir de então. Inclusive, O3 explicou:

se eu soubesse as conseqüências não teria feito, me arrependi; depois da fuga acabei me entregando. O primeiro delito meu foi o homicídio, fugi, no dia da fuga da delegacia, agredi o carcereiro que botaram como tentativa de 121 (coisas quebradas na cadeia).

No item “Outros” da mesma questão, C3 disse que “o vício falava mais alto, faltava dinheiro e fui embalado por outros que praticavam contravenção.” L2 disse que pensou: “não faz mal logo, eu saio”. R3 disse: “Eu sustentava a família, minha esposa e minha filha com o dinheiro do roubo. Me sentia muito ruim.” P1 explicou: “sabia que uma hora o outra ia cair, ia vir preso.” J2 explicou: “a gente que está nisso aí sabe que um dia vai chegar...” M1 explicou: “eu sabia que ia chegar, mas não por esse motivo, eu achava que ia ser por causa de drogas”.

A partir dessas respostas se poderia dizer com Campana (2004, p. 3), que “apesar da desconfiança existente na sociedade em geral, com relação a essa pessoa já estigmatizada, seus problemas afetivos/emocionais não diferem de qualquer outro ser humano”. Eles falam da necessidade da droga, da influência das companhias, das famílias que sustentavam com o dinheiro do roubo. Sustento familiar, convívio social e a necessidade de drogas, remédios ou ilusões fazem parte da vida de todas as pessoas, embora tenham uma conotação específica para quem está privado da liberdade.

#### 4.6 REPERCUSSÃO FAMILIAR

Diante da pergunta “sua família está aliviada por você estar preso ou sente sua falta na renda mensal ou de você? Explique”, os entrevistados responderam:

Não. Não aliviada porque eu vim preso não, pelo contrário... ficou decepcionada porque eu tinha prometido que não ia mais fazer o mesmo. Antes, eu fui preso quatro vezes, na primeira não fui preso, na segunda fui

preso por porte, na terceira, por furto e agora foi o quarto furto, a primeira vez que não deu prisão. É do dinheiro, claro, é do dinheiro. (L1)

Acho que ela nunca aceitou o que eu fazia, acho que ela está aliviada porque minha mulher sempre falava para eu parar com isso, para trabalhar e viver com nosso dinheiro, nos trabalhamos e viver assim com o nosso, do jeito que dá, assim. (H1)

Z3 explica: “A família sente falta da minha pessoa, do dinheiro não. Eles têm comércio, se viram”.

C3 afirma: “Minha família não sente falta porque eu morava sozinho, me mantinha sozinho, eu tinha um pouquinho de renda que dava para me manter até hoje.” L1 indica: “Muita falta na renda, eu sustentava a casa.”

E R1 refere-se à saudade: “Sente falta, tem saudade, da renda não porque era pouquinha”.

L2 refere o distanciamento da família: “Não sente falta de nada, que eu saiba, nem de estar aqui, nem quando estava na rua.”

R3 diz que a família “sente bastante falta da renda. Não só da renda como de mim também, sempre recebo carta de minhas filhas, toda semana elas escrevem.” P1 esclarece que a família “sente falta porque era eu que abastecia; pagava água, luz, botava comida dentro de casa”.

Para S3, “acho que o que mais sente é a falta de carinho, minha esposa trabalha e ganha trinta reais por dia... de renda não.” M1 relata: “Minha mãe sente falta porque eu sempre ficava junto com ela, o dinheiro faz um pouco de falta.”

Para quem ainda não contou à família que está detido, há dúvida sobre o que está sentindo com sua ausência: “Minha família nem sabe, ainda, não quis contar. Acho que sente falta porque eu sempre ligava pras minhas filhas e elas ligavam também. Fui casado quatro vezes casado não, morava junto. Com essa última tive duas filha”. (J2)

Os entrevistados deixam transparecer a importância dos laços familiares ao dizerem que sustentavam a casa, mas principalmente ao relatarem o carinho da esposa, a saudades dos filhos e que a família sente falta de sua pessoa não do seu dinheiro.

Sobre as práticas punitivas, ao tratar dos detentos e das suas famílias, Garland destaca que o sofrimento é apresentado como simples privação de liberdade sem reconhecimento das perdas sociais que a detenção causa nas famílias dos criminosos:

Porque o público não escuta a angústia dos prisioneiros e suas famílias, porque o discurso da mídia e da criminologia popular apresenta os criminosos como 'diferentes', e menos que totalmente humanos, e porque a violência das penas é, geralmente, situacional e de pouca visibilidade, o conflito entre as sensibilidades civilizadas e a frequentemente brutal rotina da punição é minimizada e feita tolerável. A punição moderna, portanto, é ordenada institucionalmente e representada em um discurso que nega a violência inerentes das suas práticas. (GARLAND<sup>9</sup> *apud* Salla, Gauto e Alvarez, 2006, p. 14).

O distanciamento familiar faz com que o detento pense na possível percepção por ele ser detido pela quarta vez, ou seja, sente a família decepcionada com ele, no caso de L1. No que se refere a H1, vê que a mulher tinha razão ao lhe pedir para deixar e viver com o próprio dinheiro. Com exceção de quem morava sozinho ou de quem não contou para a família, os entrevistados deixam perceber fortes laços afetivos, o contrário do que a mídia geralmente apresenta como discurso ideológico de que os detentos estão detidos porque não têm família, ou porque a família não soube educar, formar, o que dá margem para que se pense no papel da sociedade.

#### 4.7 MOTIVAÇÃO AO USO DE DROGAS

Os entrevistados foram questionados também sobre o motivo por que começaram a usar drogas: J2 indicou a maconha, mas especialmente o alcoolismo:

“A maconha sempre usei desde os dezenove anos, mas não era viciado. O pior mesmo era a bebida. Faz dois anos que minha [mãe] faleceu de câncer nos ossos e meu pai faleceu de desgosto, ele estava em casa e morreu dormindo. Comecei a beber mais com a falta deles.” (J2)

A1, além do alcoolismo indica o assalto, porque “não dava nada”.

Na minha família, assim, tem bastante caso de alcoólatra, assim... eu bebia bastante nos fins de semana, a prontava muito... bebia mais por divertimento, aí os amigos diziam que não dava nada de assalto, o assalto no começo era por falta de dinheiro, sabe, até para pagar aluguel. Tinha amigos que dizia você faz uma vez dá certo, faz duas vezes dá certo e vai assim. (A1)

A compensação da perda foi citada por dois entrevistados:

---

<sup>9</sup> GARLAND, David **Punishment and modern society** : a study in social theory. Oxford, Clarendon Press, 1995, p. 243.

Por uma discussão com uma ex-mulher. Eu tinha dezoito, quase dezenove anos. Tinha um amigo que eu achava que era amigo, mas ele queria minha mulher, fui trabalhar e, quando voltei, ele tinha ficado com ela. Eu era alcoólico e com isso acabei indo para o lado químico. (C3)

R1 também diz ter usado a droga para compensar a perda. “Eu perdi a mulher que gostava que nossa, daí não queria saber de mais nada, nada com a vida. Daí, olha, foi que foi uma coisa...”.

Por causa da moda ou por curiosidade:

“Usava porque achava legal, sei lá, achava uma coisa da moda, onde a gente ia tinha colega que usava, no centro, no bar. Todo mundo achava bonito, e se eles usavam porque é que eu não ia?” (L3)

“Quando era mais novo, tinha uns treze para catorze ano, experimentei crack, quando ainda morava em São Paulo, foi curiosidade, conhecia duas a três pessoas que usavam e pedi pra experimentar.” (L1)

“Foi no serviço, no restaurante de beira de praia assim... para imitar as pessoas, os cara; Um disse que a maconha era melhor, outro disse que a cocaína era melhor, experimentei os dois e com tempo se foi, você entende? O crack né .” (L2)

Outros citaram a influência recíproca

“Comecei a usar na escola por influência de outros de usavam. Comecei com maconha, tinha dezesseis para dezessete anos, e depois usei cocaína e no fim o crack.” (C3)

“Eu comecei a usar droga por influencia das pessoas da rua, porque não conhecia outro tipo de gente. A gente começou com cigarro e depois foi para maconha e assim por diante... crack, cola. O crack foi por último que agora me trouxe para cá.” (R3)

Abandono. Abandono de tudo, familiares em geral. Eu tinha quinze anos de idade. Minha mãe veio pra cá e me deixou em Londrina, fiquei morando com uma mulher que é a mãe dos meus dois filhos. Faz cinco anos que vim pra cá e minha mãe foi pra lá de novo. Eu vinha e ficava de só de passagem na casa do meu irmão em pontal. Daí cometi o deslize.(P1)

“Más companhias, tinha amizade com dois meninos que começaram a usar maconha e depois misturaram com *crack*, naquele dia comecei a usar junto com eles.” (S2)

“Acho que influências más, companhias. Tinha uns catorze anos, foi no som, na rua. Olhava todo mundo usando, pensava porque eu não podia.” (M1).

Os entrevistados indicaram como causa para o uso de drogas, o alcoolismo, o assalto, a compensação da perda da mulher ou uma discussão com a ex-mulher, mas, principalmente, a influência recíproca. É por isso que o tóxico, como diz Paixão (1994, p. 129), e o alcoolismo são problemas de políticas públicas. Ocorre que as sociedades modernas, como a nossa, optaram pela repressão legal “como meio de regular os custos externos atribuídos a opções morais de usuários e estratégias empresariais de traficantes”. E qual é o problema que resulta disso? Primeiramente, refere-se ao controle estatal de atos privados. Em seguida, relaciona-se com os elementos, tanto instrumentais quanto simbólicos que influenciam na formação e na implementação de políticas públicas. O fato de persistir o problema do tóxico, embora o governo invista alto em seu combate, observa Paixão (1994, p. 130), “parece não afetar o suporte público a políticas fracassadas de criminalização de usuários e traficantes”. Em outras palavras, no que diz respeito às drogas, seguindo o pensamento do mesmo autor, as Políticas não estariam muito preocupadas com o custo benefício, mas em responder a “mitos ambientais sobre a droga como ingrediente de desordem”.

Então, se um indivíduo jovem usa a droga para experimentar e depois prossegue no vício, deveria haver uma outra forma de políticas públicas que o auxiliasse a se re-orientar, o que seria melhor esperar que ele cometa um furto para comprar mais droga e assim por diante. Logicamente que o seu consumo diz respeito “a preferências e decisões de indivíduos quanto ao uso de seus corpos e bens - em si mesmas legítimas, ainda que sujeitas a avaliações morais controversas” (PAIXÃO, 1994, p. 132). É importante lembrar também que o tóxico é mercadoria e que esta tem atrás de si o conhecimento do mercado tanto de produção, distribuição quanto circulação de drogas.

Ao serem questionados sobre “de quem é a responsabilidade do tráfico e uso de drogas de uma pessoa”, L3 respondeu:

Certamente que é de alguém, a culpa seria dos agricultores, que plantam a matéria prima, (...), maconha, papoula. Não, espera aí, que nem toda droga é de planta, tem aquela, aquela, aquela feita assim. Certamente o fabricante, lógico. Quem fabrica é o culpado. (L3)

“Eu acho que a culpa é da sociedade, falta de oportunidade, tudo que é serviço pede tanta experiência, tudo, tudo, tudo que é serviço que a gente vai procurar é assim... é falta de política sei lá.” (H1)

“Muitas vezes era pela situação que eu estava passando, bebendo, discutindo com a mulher, por ter passado por depressão, como eu estava passando para outras pessoas, pode ser por má amizade.” (O3)

Eu acho que a culpa não é do traficante final e sim do tráfico internacional, o governo federal deveria combater o traficante grande, reprimir, não deixar o grande passar para o pequeno. Devia ser reprimida a fabricação da droga. Reprimir o grande do tráfico é que vai coagir o tráfico do entorpecente no Brasil. (C3)

“O culpado é quem inventou a droga, a pessoa inventou para destruir as pessoas. Isso ai não receita para ninguém usar, não ofereço. Se a pessoa usa, daí eu convido: quer usar comigo?, Então vamos, eu não arrasto ninguém.” (L2)

“Os culpados de tudo isso são aqueles que vendem a droga.” (R3)

“A própria pessoa porque é mentira que a pessoa foi induzida Ninguém obriga ninguém a nada”. (L1)

“Nesse ponto aí... acho que não sei.” (R1).

Culpa do usuário: “O culpado é o usuário, porque o destino dele tem vários caminhos. É o abandono, o desprezo... é isso daí.” (P1)

“Não posso culpar a pessoa que vende droga porque se eu tivesse cabeça firme podia morar do lado de quem vende e não caí nisso aí”. (S2)

“O culpado é quem compra porque ninguém chama para ir lá comprar, vai quem quer.” (J2)

“Acho que a culpa é do ser humano, de nós mesmos, de quem usa a droga, se não tivesse usuário não teria droga.” (M1).

Como se observa nas respostas acima, evidenciam-se parcelas de responsabilidade de todos: tanto de quem planta ou fabrica, quanto de quem vende, distribui ou trafica, até quem compra. Mas eles apontam também o que pode estar por detrás do motivo de usar drogas, a falta de oportunidade social principalmente do primeiro emprego, como refere H1, acima, ao desabafar: “tudo que é serviço pede tanta experiência, tudo, tudo”.

É por isso que, como diz Sá (1994, p. 159), os “destinatários de um programa integral de prevenção somos todos nós, em nossas complexas interações, inseparáveis do contexto em que vivemos, usuários de drogas – quaisquer que sejam os usuários e as drogas – e os não usuários”. É importante lembrar também que o consumo de drogas é reduzido em muitos casos em que os indivíduos passam a ter oportunidade de trabalhar (SÁ, 1994, p. 161).

#### 4.8 DETENÇÃO E MUDANÇAS

À pergunta, “a detenção provocou que tipo de mudança no seu dia a dia, além da de estar detido?”, responderam:

Na detenção, aprendem-se “barbaridades” na fala, explica L3:

Ah! Algumas mudanças, muitas mudanças, como vou explicar? Mudança no comportamento, na fala, modo de pensar, sentimentos. Mas é para pior, são ruins. Na fala, aprendi barbaridades, a gente escuta aqui e aprende. Eu mesmo não gostaria de ter aprendido, mas aconteceu. (L3)

“Se eu sair na rua e usar, daí jogo toda a malandragem que aprendi aqui dentro; roubo de todo mundo mais de tudo de rico, de quem tem, de quem não tem não roubo. Na casa de rico eu passo uma vez só, na segunda eu entro.” (L2)

Na detenção aprende-se a “levar as coisas para o lado menos impulsivo”, a “pensar mais coisa boa”: “Talvez, amadureci mais porque pensava e agia por impulso. Aqui aprendi a pensar mais, levar as coisas para o lado menos impulsivo.” (O3)

“Mudaram muitas coisa, ajuda a refletir mais, tipo comportamento, pensamento... mais coisa séria... pensa mais coisa boa... assim.” (R1)

“Muitas, muitas doutora. É estar privado da minha liberdade, não fazer o que eu quero, não ver as pessoa que eu gosto.” (M1)

“Mudou muita coisa, uma coisa que não vou fazer mais é consumir (usar drogas), continuo humilde, normal.” (L1)

Na detenção, a experiência do distanciamento dos filhos, a filiação e o desejo de que os filhos estudem

“Para mim, eu cansei dessa vida, quero trabalhar, não adianta ganhar dois mil por dia, usar roupa boa (...) e depois vim preso, não adianta, não compensa.” (H1).

“Muitas mudanças. Tipo abandono dos meus filhos. Revolta dos presos. Só sai pior daqui de dentro.” (P1)

Me mudou bastante esse tempo na minha mente. No começo pensava só em fugir, mas com o tempo fui mudando, ficando mais calmo. Tive bastante incentivo da minha mãe, fui me conscientizando dos erros do passado e quero dar um estudo para as minhas duas filhas. (R3)

“Penso muito cada dia que passa, fico contando os dias para conviver com minha família, não quero mais cometer o tipo de coisa que eu fazia.” (S2)

“Hoje, assim eu paro e penso que minha vida tem que melhorar porque assim não dá para continuar.” (J2).

A dignidade de trabalhar: “Você está preso, você aprende muitas coisas, boas e ruins, muitas vezes quero estudar, fazer um curso, mas não tem. Eu tenho é que esperar o café da manhã, depois o almoço, depois a janta. Isso me revolta porque não tem outra coisa para fazer.” (C3)

As respostas dos entrevistados são apresentadas em três aspectos: primeiro, que a prisão é um local onde se aprendem “barbaridades” na fala, embora “(...) eu mesmo não gostaria de ter aprendido, mas aconteceu”. Neste caso, haveria que se analisar as situações calamitosas em que estão os presídios em geral, embora na detenção provisória a situação seja um pouco diferente, como indicarão os entrevistados posteriormente. Mas muitos indivíduos que entram pela primeira vez por roubo para conseguir a droga, aprendem como roubar com “malandragem”, a partir de então, de quem já tem mais experiência, como referiu L2: “Daí jogo toda a malandragem que aprendi aqui dentro; roubo de todo mundo mais de tudo de rico, de quem tem, de quem não tem não roubo. Na casa de rico eu passo uma vez só, na segunda eu entro”.

No segundo aspecto, aprende-se a “levar as coisas para o lado menos impulsivo”, a “pensar mais coisa boa. Ocorre o trabalho pessoal para a docilidade, ou seja, aproveitar do tempo em que se está privado da liberdade para refletir e, possivelmente, ajustar-se à docilidade do sistema, enquanto passa o tempo.

Terceiro, a experiência do distanciamento dos filhos, a filiação e o desejo de que os filhos estudem estimula os pais detidos a pensarem que estão ali por que não estudaram e a conseqüente motivação e responsabilidade de dar estudo aos filhos, para tanto a necessidade de trabalhar.

No quarto aspecto, a dignidade de poder trabalhar, para não se revoltar, pois, como refere C3: “Eu tenho é que esperar o café da manhã, depois o almoço, depois a janta. Isso me revolta porque não tem outra coisa para fazer.”

Na primeira parte deste artigo registrou-se que o detento faz trabalho de artesanato nas celas, mas quem leva o material são as famílias. No caso de C3, isso não vem acontecendo. Conforme informação extraída do Sistema de Informações Penitenciárias (SPR), em 29 de março de 2010, ao ingressar no sistema penal, C3

estava “sem interesse por canteiro de trabalho em 8 de janeiro de 2010”. Com a manifestação do interesse de trabalhar por parte de C3, poderia haver uma nova avaliação.

Sobre o tempo ocioso, é mais um dos elementos absorvidos pelo Estado da existência dos detentos. Goffman (2005, p. 64) justamente refere que entre os internados de muitas instituições totais (e a prisão é uma delas)

o tempo passado no estabelecimento é tempo perdido, destruído ou tirado da vida da pessoa; é tempo que precisa ser ‘apagado’; é algo que precisa ser cumprido. (...) Por isso o internado tende a sentir que durante a sua estada obrigatória - sua sentença – foi totalmente exilado da vida.

Assim, o Estado regula seus momentos de sono, de atividade e de descanso. A própria ociosidade é útil como instrumento de garantir a ordem interna. Entre os detidos, percebeu-se acima que a ociosidade tem um preço, o tédio. Normalmente, o trabalho é escasso. Como se viu acima, os detentos reclamam da ociosidade, de modo especial porque de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei n.º 7’210, de 11 de julho de 1984), trabalha-se três dias e desconta-se um dia de pena. Eles responderam também que as famílias levam material para artesanato, depois buscam o artesanato para vender ou presentear e como isso alimenta as relações familiares. Então, o trabalho é uma forma de representar a legitimidade social. Ramalho (2002, p. 101) acrescenta que é também uma forma de recuperação, pois a ele estão associados família, visitas, sacolas de alimentos (por ocasião das visitas), entre outros. Pode simbolizar, por isso, uma vantagem que o preso adquire entre os detidos. Inclusive, o art. 126 da Lei de Execução Penal se refere ao trabalho como moeda de liberdade. É preciso considerar também que entre os muros de uma prisão, o trabalho é vivenciado não como dever, da forma que é vivenciado por muitos no mundo livre, mas como recompensa.

Foucault (1996, p. 127) refere-se à disciplina entre os muros da prisão como nova microfísica do poder, com a finalidade de fabricar corpos dóceis, obedientes, exercitados. A disciplina fortalece o corpo economicamente e reduz as mesmas forças quando o tema é a obediência, palavra esta pronunciada diversas vezes pelos entrevistados.

Assim, a falta de trabalho deixa a pessoa insatisfeita porque ele é visto como passagem para a liberdade, se o ponto de vista é o detido, mas pode representar também uma forma de controle dentro do sistema.

## 4.9 DISCRIMINAÇÕES

Em resposta à pergunta “em algum momento, você sente que há discriminações por parte das pessoas para com o detento? Se sim, quais?” L3 disse:

Ah! Claro. (...) Quando eu senti que estava sozinho na cadeia. A família não visita, sempre andava acompanhado na rua, tinha amigo, assim... aqui ninguém vem, não visita. De certo eles pensaram: aquele lá não é boa coisa não. (L3)

Aqui nessa cadeia nenhuma. Em outras não tem diálogo, respeito. A gente dependia deles e eles não ajudavam. Aqui a gente pede médico, eles atendem, tem pátio, só não tem íntima. (Visita íntima com as respectivas esposas) (O3)

“Eu acho que nessa cadeia, nesse estabelecimento, não. Em outras cadeias que passei sim. Por isso não posso generalizar todo o sistema.” (C3).

Fui bastante discriminado pelos policiais, que bateram até em minha mãe por causa disso aí, me discriminaram porque usava droga.” (L1)

“Droga é a chave de tudo para mim, se eu não usar sou normal, mas se eu usar vou ser discriminado. Por ser preso não sou discriminado.” (L2).

Tem bastante discriminação. A discriminação vem... não sei nem explicar, mas tem bastante discriminação sim com o detento, numa vez que eu fui preso e sai na rua e fui atrás de um emprego e minha esposa disse que eu não consegui por causa disso. (R3).

“Várias vezes. Quando eu saí de liberdade provisória no ano passado, fui buscar minha mulher e a polícia me abordou, estava com mandado de prisão. O Fórum de Matinhos nem sabia que eu tinha saído de alvará, não tinha nada escrito lá.” (P1)

“Eu acho que quando eu sair não vai mais ser a mesma coisa. Isso aí eu tenho que mostrar que errar é humano, só que tem que consertar.” (S2)

“Aqui não, mas é na rua. Nem tanto pela família, mas pelos outros.” (J2)

“Por enquanto não. Mas acho que quando eu sair na rua, a sociedade, quando procurar um emprego, sabe que já passei na cadeia.” (M1)

“Acho que não, no meu ponto de vista não.” (R1)

As respostas mostram que de um lado os entrevistados podem ter se esforçado para medir as palavras dirigidas ao sistema, visando salvaguardar a

imagem da instituição. Fora da instituição foi relatada a abordagem dos policiais que bateram na mãe de um detento e a abordagem dos policiais com mandado de prisão, pois não havia registro de ter saído do alvará, denotando falta de respeito para com os direitos da pessoa humana. Por outro lado, demonstram preocupação com o “depois” quando terão que procurar emprego, etc., vivendo por antecipação uma angústia característica. Goffman (2005, p. 66) comenta a propósito que

a angústia do internado quanto à liberação parece apresentar-se, muitas vezes, sob a forma de uma pergunta que apresenta a si mesmo e aos outros: ‘será que posso me sair bem lá fora?’ Esta pergunta abrange toda a vida civil como algo a respeito da qual tem concepções e preocupações.

Quanto à falta de “visita íntima”, referenciada acima, embora seja de direito dos detentos, não a têm, como explicado anteriormente. Ao se referir ao tema em penitenciárias masculinas da Paraíba, Misciasi (2010) comenta: “É natural de a mulher zelar, fazendo tudo para manter a instituição familiar. Como ficam com os filhos quando os maridos são presos, é muito importante manter o vínculo com o pai deles. Um dos principais propósitos da visita normal e/ou íntima, ainda é justamente esse, manter a família”.

#### 4.10 TRATAMENTO PRISIONAL

Ao serem questionados “como os detentos são tratados na prisão?”, responderam:

“Ah! Como preso (...), porque preso não tem direito a muita coisa dentro da cadeia. É só “sim senhor”, “não senhor” (L3)

“No meu ponto de vista, nessa prisão, bom não está porque a gente está preso, mas está bom. Não tenho do que reclamar.” (H1)

“Aqui todo mundo é bem tratado.” (O3)

“Nessa prisão são bem tratados. Temos pátio três vezes por semana, alimentação no horário certo. Nesse sistema é muito bom.” (C3)

“Nessa daqui até que não é ruim, mais em delegacia é muito ruim, aqui a única coisa que falta é só água para tomar banho, acho que fecham o registro, sei lá.” (L1)

“Eu sou bem tratado, tenho atendimento, tudo...” (R1)

“Não é coisa boa, não. O negócio é violento que fala na gíria, você entende? Quem sabe de gíria sabe o que estou falando, não é que batem, é que é arrojado, é arrojado mesmo. É duro, é duro.” (L2)

“Tem várias cadeias, cada uma tem um tipo. Aqui a gente é bem tratado, aqui é uma cadeia boa, não é na base da bordoadada, mal tratado como nas outras cadeias que passei, aqui eles conversam com a gente, eles tratam a gente bem. (R3)

“Ah, tem uns que tratam com respeito... mano, outros não respeitam nossa privacidade, cada um tem um espaço, e a gente tem que preservar o espaço que cada um tem.” (P1)

“Com respeito. A gente tem que dar o respeito e eles respeitam a gente. Eles estão aí sempre às ordens, não tenho queixa de ninguém.” (S2)

“Eu não tenho do que reclamar porque tenho que levar como dá. Não tenho que reclamar de nada. Os agentes não podem ser muito bonzinhos que tem gente aí que apronta mesmo.” (J2)

“Ah! são tratados de várias formas. Depende do ponto de vista. Eu sou calmo, não tenho problema com os agentes, mas tem gente aí que briga, dá problema.” (M1)

As respostas novamente parecem denotar uma defesa da imagem da instituição em geral, no entanto, alguns manifestam que “é arrojado mesmo. É duro, é duro”, “a falta de água para tomar banho” e a constatação de quem é calmo e respeita é respeitado. Quando os agentes se impõem é para fazer valer a ordem, eles têm razão. Bucher e Costa (1988, p. 80) lembram a questão dos valores humanos que “deveriam nortear o atendimento: qualquer que seja a prática, ela só atingirá resultados positivos quando exercida no respeito da pessoa humana que o outro é”.

#### 4.11 A VIDA DO DETENTO PODE MELHORAR

Perguntou-se também sobre o que poderia mudar para melhor na vida de um detento. Responderam:

“Alguma coisa podia mudar se tivesse... sei lá, se o detento tivesse como ocupar a mente com coisa boa, é possível que as coisas mudem.” (L3)

“Mais oportunidade de emprego para não fazer aquilo que eu fazia.” (H1)

“Acho que aqui nesse lugar é uma escola.” (O3)

“Poderiam colocar escola, trabalho, algo mais para tirar o tempo ocioso, é uma probabilidade a mais de sair daqui mudado.” (C3)

Eles mesmos reconhecem que o ambiente na cadeia não é bom, que são influenciados de modo negativo por outros detentos que apresentam maior periculosidade. É comum ouvirmos nos noticiários que a cadeia é a escola do crime. Nas falas acima fica claro que os detentos anseiam por uma vida melhor, uma recolocação no mercado de trabalho e acreditam que o período de detenção poderia ser aproveitado para a própria qualificação. Eles gostariam de ter a chance de estudar complementado o ensino formal e profissionalizante para quando de sua saída da prisão competir no mercado de trabalho.

Acho que seria a íntima que num tem, a alimentação que num é sempre que é boa, o dentista que estou precisando desde que cheguei aqui e até agora nada, mandei pipa, mandei pipa (bilhete pedindo atendimento). Também mandei pipa pra jurídica, e é a mesma coisa, até agora nada.

“Acho que muitas coisas, tipo no estudo, no trabalho, ajuda a esquecer mais os problemas, as coisas.” (R1)

“Não precisa ter nada mais. Assim está bom, já fui preso sete vezes; Para mim tem que ser assim. Melhora ou estraga não tem diferença.” (L2)

“Para falar a verdade não sei. Acho que é serviço, se tivesse um serviço cada um ia ser diferente.” (R3)

“Uma oportunidade quando a gente sai daqui que é bem difícil a gente ter isso. Aqui dentro... olha... mais um setor de trabalho, uma coisa assim para a pessoa se distrair no que esta fazendo.” (P1)

Acho que seria a íntima que num tem, a alimentação que não é sempre que é boa, e o dentista que estou precisando desde que cheguei aqui e até agora nada, mandei pipa, mandei pipa (bilhete pedindo atendimento). Também mandei pipa para jurídica e é a mesma coisa, até agora nada. Para mim eu não tenho que falar que tem que mudar porque acho que minha cabeça que tem que mudar, eu tenho que pensar diferente, fazer diferente. (S2)

“Se contentar com pouco, não roubar muito dos outros. Aqui dentro precisava trabalhar para esquecer um pouco as coisas ruins lá fora. Às vezes eu fico angustiado aqui.” (J2)

“Acho que seria bom para o detento uma oportunidade, emprego. Tem oportunidade, mas é pouco. Tinha que ter mais oportunidade.” (M1)

Novamente a questão da ocupação no presídio, tema que veio à tona anteriormente, ter um trabalho, um serviço e ir se preparando para o retorno à sociedade e também ter uma distração, como explicaram. E a possibilidade de estudar seria muito importante. E embora acima se afirmasse a presença do dentista, aqui ela é reclamada, bem como a visita íntima. Resumindo essas questões, em sua situação específica, percebe-se que eles gostariam de não matar o tempo e aproveitar dele para estudar, trabalhar, manter os vínculos afetivos com suas amadas, como possibilidade do contato direto com a vida anterior e o mundo fora dali.

#### 4.12 A DROGA NA PRISÃO PROVISÓRIA

Sobre a existência de drogas na prisão provisória, das 12 pessoas entrevistadas, 11 responderam que não, e um explicou: “não que eu tenha visto, visto... assim. Mas tem cheiro, pelo cheiro dá ‘pra’ ... sinto, assim, o aroma, o aroma, como se fala.” (L3).

E sobre o tratamento para a cura da dependência química, L3, H1, P1, R1, L2, R3, P1, J2 e M1 responderam que não têm conhecimento se existe ou não. O3 respondeu que usa “relaxante muscular e sempre vem.” (O3)

C3 respondeu que “O único tratamento é ficar em abstinência porque trancado não tem contato com a droga, não porque eles oferecem tratamento.”

“Acho que o tratamento é esse que estou tendo, que faz a gente pensar e refletir na vida.” (S2)

L1 disse: “Estou há um ano e dois meses preso e não tomo remédio para nada, esto tranquilo.” (L1).

E “como a família poderia ajudar no tratamento para que um detento preso por causa de tráfico e uso de drogas saia da dependência química?”

Procurando órgãos competentes para internar, assim... órgãos competentes que possam ajudar a colocar na cabeça da pessoa que droga mata, que não precisa de droga para se feliz. A família mesmo tem poucos recursos. Bom, a educação começa dentro de casa. Se a família começa a fazer alguma coisa já é um bom começo. (L3)

“Tem muita família que cansa de tentar ajudar. Acho que a família pode ajudar com muita conversa, mais amor, mais força de vontade. Não largar como muitas vezes fazem.” (H1)

“Eu acho, tenho para mim uma coisa diferente, acho que minha família me ajuda pagando advogado, mandando material que faço artesanato, vindo na visita. Não como os outros ficam dizendo aí, acho que é isso.” (O3)

“Acho que a família em si, enquanto o dependente está fechado não tem o que fazer. Mas não abandonando, visitando já está de bom tamanho. Lá fora ajuda incentivando, dando apoio.” (C3)

“A família pode ajudar dando conselho, conselho é essencial, hoje é o que eu faço com minha filha. Hoje em dia é que os pais não falam com os filhos.” (L1)

“Tipo no dia a dia... não desprezando, estando lado a lado, tipo resolver os problemas, assim... explicando para não fazer isso, não fazer coisa errada, sair dessa vida.” (R1)

Deixar livre, é nunca desconfiar que ele está usando e não pegue no pé. Eu fico nervoso quando pega no pé. É aquela, é aquela, tudo que é proibido é gostoso. Meu pai não liga, mais joga indireta, me deixa nervoso. Tem que soltar, deixar livre, quem usa droga é para fugir de ser careta. Careta é quem não usa assim, sabe? (L2)

O próprio, mesmo preso, ele mesmo sabe as conseqüências que a droga traz: ou é caixão ou é cadeia de novo. Espero uma vida boa com a família, viver feliz com ela. Se eu voltar a usar droga vai ser diferente, é muito difícil, já passei por várias cadeias. Já tenho até um objetivo de sair daqui, é de muda totalmente de vida.” (R3)

“Um apoio. Várias coisas. Muita família depois que sabe que está preso abandona, porque quem usa *crack* rouba até a própria mãe, desconfiança, não é?” (P1)

“Minha mãe sempre fala para ter afastamento dessas pessoas que usam droga porque a gente perde o caráter, a gente perde a confiança. É sentar e conversar com o filho, minha mãe sentava na sala e conversava comigo.” (S2)

“Na verdade, tenho um tio que ganha bem aí e podia me levar para uma clínica, tenho irmão que ganha bem aí podia, podia.” (J2)

“Acho que a melhor forma é a internação lá fora. Quando está preso, não abandonando deixando sozinho, não virar as costas e deixar como não é mais nada na vida por quem erra é humano, todo mundo erra na vida.” (M1)

As respostas acima indicam o vínculo familiar que desejam manter com as famílias, mesmo de quem não gosta que o “pai pegue no pé”, cita-o, o que mostra que intimamente conta com ele. Fica claro o quanto valorizam a presença da família na visita, as conversas, a alimentação diferenciada, de mãe ou de esposa. Buffard (1973, p. 27) lembra que além da oportunidade de receber as visitas familiares, os alimentos preparados pela mãe ou pela esposa, os alimentos representam “um liame afetivo em sua forma mais primitiva: o dom da alimentação”.

#### 4.12 PARTICIPAÇÃO PELA REDUÇÃO DA PENA

Ao serem questionados sobre “como se dá a sua participação para que seja antecipado o final do tempo de detenção?”, responderam:

“Ah! Eu gosto de fazer desenho, leio livros, a Bíblia, costuro roupa, faço crochê, faço isso aqui ó (mostrou um boné feito de crochê), faço boneca. Não ter o que fazer gera revolta. É uma terapia ocupacional, assim.” (L3)

“Leio bastante. A gente fica conversando bastante para tentar não lembrar que está preso. Até está faltando uns livros aí no castigo, para a turma ler no castigo. vim para o castigo por causa de fuga da colônia.” (H1)

“Estou trabalhando no artesanato, faço boneca, porta-jóia, casinha de palito, bombeta (boné) e tenho remissão.” (O3)

“Contribuo tentando evitar confusão, respeitando o funcionário, obedecendo o funcionário.” (C3)

“Faço artesanato e estou tentando vir para a faxina para ter remissão e pecúlio e passa mais rápido.” (L1)

“Faço artesanato e tenho remissão, fico sossegado, é isso.” (R1)

“Eu fico manipulando meus pensamento. Aqui nós vivemos de conversa, de conversa sabe como é, ficamos falando o que um fez, o outro fez. O que faz passar a cadeia é a conversa e pega experiência ruim de outro para não acontecer na sua vida, as coisa que não dão certo com ele.” (L2)

“Não posso fazer nada, é só esperar porque não tenho dinheiro para pagar advogado, é só esperar, tem gente que tem advogado e consegue sair antes.” (R3)

“O comportamento. Que ele (o juiz) me veja transformado, a justiça não é, que ela me veja mudado. Meu comportamento é bom.” (p1)

“Procurei um setor para trabalhar, não me envolvo em briga, faço artesanato e procuro o melhor para a gente dentro da cadeia (...) .” (S2)

“Olha, o que eu faço? Faço uns trabalhinho, faço artesanato. Durmo mais um pouco para ver se a hora passa mais depressa e rezo para Deus ajudar bastante na caminhada. (J2).

“Eu estava tentando implantar um setor de tapeçaria, tinha até a carterinha provisória e agora tiraram e mandaram esperar outra reunião, não sei porque, eu já fazia tapete, estava lá, a senhora sabe por que? Eu não sei porque, será que é porque eu tive uma falta? Mais já estou reabilitado, foi na semana passada foi, quero fazer tapete para estar distraído, tentando alguma coisa. Agora assisto TV bastante que é a única coisa para fazer, quando vou no pátio jogo bastante também e boneca, não estou implantado mais no artesanato ele me empresta fio e faço boneca para passar o tempo.” (M1)

Do que responderam acima, chama-se a atenção à “falta de livros para ler no castigo” e “eu fico manipulando meus pensamentos, aqui nós vivemos de conversa”. A falta de livros que eles sentem no castigo, talvez seja a mesma falta que sentem da oportunidade de estudar e de trabalhar e entra na mesma lógica da falta de trabalho na prisão. Há uma concepção comum da “falta” social, falta da formação do estudo, a falta de oportunidade de trabalho, as mesmas faltas sentidas na prisão, que agora, tem uma conotação mais grave, de “castigo”, de controle para garantir a ordem institucional (GOFFMAN, 2005, p. 173), impedindo-os de reciclarem os pensamentos com as leituras de livros, de estudarem e de criarem, mediante do trabalho.

#### 4.13 MUDANÇAS POSTERIORES

E diante disso, o que o entrevistado acredita que vai mudar quando sair da prisão?

O estudo aparece como uma forte opção: “Vou voltar estudar. Acredito que eles (a família, os amigos) ainda querem me ajudar a ter uma vida melhor, ficando perto dessas pessoas, trabalhando, indo em eventos culturais, essas coisa.” (L3)

“Ah! Eu vou voltar à vida que tinha antes, vou voltar a minha vida normal. Eu tinha vindo há pouco tempo dos Estados Unidos. Eu tinha saído da cadeia, não arrumei emprego fui para os Estados Unidos, fiquei seis meses lá, aprendi inglês. Quando voltei para a cadeia briguei com minha esposa; isso que aconteceu, foi só um tempo perdido. Vou voltar para minha vida normal, estudar, fazer faculdade, ou talvez voltar para os Estados Unidos.” (C3)

A proximidade dos parentes, também é desejada: “Tenho minha esposa lá fora. Pretendo ver meu filho crescer, mas não assim fazendo o que eu fazia. Vou dar mais atenção para minha família que eu era muito isolado. Quero assim ficar mais junto dos meus parentes.” (H1)

“Primeiro vai mudar minha vida, questão de pensamento, atitude; penso que vou ter uma família, uma vida digna.” (O3)

“Vai. Já mudou. A minha vida já mudou por esse tempo de cadeia. Pelo menos meu objetivo é outro. É levar a vida com meus filhos, o que eu sempre quis.” (p1)

“A minha vida, o jeito que vou leva a vida lá fora; vai ser com minha esposa, vai se diferente. Quero fazer a minha família feliz, fazer tudo para minha mãe, minha esposa, minha filha. Minha mãe sempre cuidou de mim e agora é a minha vez de cuidar dela porque ela já ta um pouco de idade, assim...” (S2)

A vontade de trabalhar é demonstrada: “Sim senhora, não só acredito como tenho certeza. Quero arrumar um emprego e trabalhar com meu irmão que é mestre de obra, o trabalha de garçom, ou pesca que a gente tem conhecimento.” (R3)

“Se vai mudar? Com certeza, porque isso aí não é vida, vida de droga e farra não é vida.” (L1)

“Com certeza. Daqui para frente para melhor, as coisa certas (...) para melhor.” (R1)

“Com certeza é o uso de *crack*, não quero usar, mas se usar vai ser o mesmo filme.” (L2)

“Eu digo para senhora que tenho fé como vai mudar, tenho uns terrenos que minha (...) deixou, quero vender e compra uma casinha. Não sou como outros que não têm. (J2)

“Tenho fé em Deus que sim. Peço muito para Deus que sim. Acredito que sim. (M1)

Mas, e a sociedade? Qual o papel que exercerá junto aos ex-detentos e usuários de drogas? Há alguma forma de apoio para ajudar àqueles que buscam a mudança e efetivamente conseguiram? Pois “a liberação significa passar do topo de um pequeno mundo para o ponto mais baixo de um mundo grande”. Além disso, ao voltar para a comunidade livre, pode encontrar “alguns limites à liberdade (...) uma forma de liberdade condicional, com a obrigação de (...) afastar-se dos círculos de que participava quando entrou na prisão” (GOFFMAN, 2005, p. 69).

#### 4.14 INSERÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Como o detento avalia a sua “possibilidade de inserção no mercado de trabalho?”

Olha, não vai ser muito fácil, um trabalho não é muito fácil. Mas eu acredito que uma pessoa pode mudar, mudar o caráter. Eu queimei minha cara já. As pessoas vão demorar para acreditar. Tem que mostrar que a gente quer mudar. Bom, eu tenho duas escolhas, duas carreiras, mecânica e pescaria. Meu irmão tem barco, então é o que eu pretendo... trabalhar com ele ou como mecânico, se tiver vaga na firma que eu trabalhava antes. (L3)

H1 diz: “Vou mexer com venda de roupa e calçado. Meu pai disse que vai vender dois terrenos que tem lá e abrir uma loja com meu sogro para vender roupa, calçado” (H1).

“Nessa parte, minha família tem comércio. Pelo lado da família tenho apoio, pelo lado da sociedade vai ser difícil porque as pessoas rejeitam.” (O3)

Olha, até onde eu sei, quando sai da cadeia em 2002, eu estava de liberdade de outro crime; não consegui trabalho por causa dos antecedentes e fui para os Estados Unidos, fiquei seis meses como eu disse antes e voltei, nos lugares que procurei emprego com línguas, eles não pedem antecedentes. Então, dá certo. (C3).

“Eu pretendo montar aí meu próprio negócio, montar um lava-car; tenho curso de eletrônica, posso concertar aparelho. É nisso aí que vou começar.” (L1)

“Tenho uns conhecidos, sempre quando saio tenho uns trabalhos, sou trabalhador; vou pegar empreitada tipo calçada assim... e registrado também.” (R1)

"Meu pai arruma. Sem o uso de droga eu fico em casa esperando, até minha irmã pode arrumar. Minha família diz que me ajuda a arrumar o serviço." (L2)

"É só ter força de vontade que a gente vai para frente porque sem a força de vontade a gente não vai para frente. Meu plano também é sair daqui e fazer um tratamento numa clinica de recuperação. Não sei se minha mãe pode pagar, mas se Deus quiser tudo vai mudar para nós." (R3)

"Vai ser difícil, vai ser difícil arrumar oportunidade. Mas quando aparece tem que abraçar com as duas mãos. Já vai ser difícil alguém confiar em você porque o cidadão vai dizer: já foi preso vai me roubar, me matar, é isso." (P1)

"Meu ex patrão já ligou para minha mãe dizendo que as portas estão abertas para o meu serviço, que ele conta comigo. Saindo daqui sei que tenho meu emprego garantido na construção civil porque eu nunca faltava, eu que acompanhava os outros funcionários e fazia a caderneta para ele pagar, ele quer que eu volte lá." (S2)

"Há, pesca. Tenho barco de pesca. Na minha experiência aí é o que mais dá dinheiro e o que também sei fazer mais. Aprendi desde os nove anos de idade com meu pai, ele sempre trabalhou nisso."(J2).

A inserção do ex-detento no mercado de trabalho passa por uma série de constrangimentos, ao se apresentar diante de uma possível oportunidade de trabalho ou de um patrão, não só porque imagina que o possível patrão está inseguro para lhe dar um trabalho devido ao seu passado. Especialmente porque a própria pessoa que passou pela experiência prisional sabe das marcas interiores que tem. Como refere Durkheim (1990, p. 36), o estigma tem fundamentos na punição visível. "A punição não cria o crime, mas é pela punição que o crime se revela exteriormente a nós".

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do trabalho, tinha-se o objetivo de analisar como a dependência química interfere nas relações sociais, a partir dos detentos de Matinhos, litoral do Paraná, que estão no Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais-PR

No decorrer do desenvolvimento do trabalho, entendeu-se o perfil dos entrevistados, quanto à sua idade, entre 19 e 37 anos, com estudo entre a 4.a série do ensino fundamental ao ensino médio, trabalhadores, alguns estavam desempregados quando foram detidos.

Foi possível conhecer que sua falta de liberdade chama para outras faltas, a do estudo, a do trabalho, da família, faltas que causam sofrimento, remorso, desejo de mudança e a dúvida se conseguirá praticá-la. E que essa valorização da liberdade perdida tem ainda outra causa de sofrimento, a de se adaptarem ao ambiente “murado”.

Eles manifestaram também que mediante drogas, furtos e roubos, tráfico, assaltos e até homicídio, de um lado, afirmação de inocência de outro, e, em diversos casos, falta de dinheiro em geral e principalmente para comprar a droga, há um aprendizado no grupo social do qual ele faz parte, ou do qual ele não participa, mas conhece e agiliza seus contatos para se manter vivo.

Os elementos que estiveram presentes na prática da contravenção tiveram como causas, segundo os entrevistados, dependência química de droga e álcool, problemas financeiros e falta de diálogo familiar, O uso de drogas causa dependência química, que dificulta o diálogo familiar e ocasiona problemas financeiros, que impulsionam ao furto e ao tráfico.

Os entrevistados deixam transparecer seu lado afetivo na forma como se referiram à importância dos laços familiares ao dizerem que sustentavam a casa, mas principalmente ao relatarem o carinho da mãe, da esposa, a saudades dos filhos e que a família sente falta de sua pessoa não do seu dinheiro. Fica claro o quanto valorizam a presença da família na visita, as conversas, a alimentação diferenciada, de mãe ou de esposa.

Os entrevistados indicaram como causa para o uso de drogas, o alcoolismo, o assalto, as compensações, ou da perda da mulher mas, principalmente, a influência recíproca e citaram que vivem de conversas.

Esses são alguns dos elementos que permitem, de acordo com o objetivo, responder que a dependência química, no caso dos entrevistados, interferiu profundamente nas relações sociais, tanto familiares (pais, esposa, filhos), quanto escolares e, também, intensificando a dificuldade já existente em geral para conseguir o primeiro emprego.

O fator mais sério, por eles apresentado, foi mesmo o fato de terem praticado uma contravenção ou terem sido acusado disso e terem sido detidos. Na Instituição, pela falta da possibilidade de trabalho para todos, portanto de poderem criar, pela falta de possibilidade de leitura, especialmente quando no castigo, pela falta de visita íntima com suas mulheres, que simbolizariam “presentes” para eles na situação intra-muros, sentem-se vivendo um tempo morto, sem sentido. Alguns tentam transformá-lo em ganho no esforço da mudança de vida, outros vivem de conversa, “manipulando os pensamentos”, aprendendo a “malandragem” para praticarem quando saírem, caso seja necessário.

Se depender da boa vontade debs, têm planos de se aproximar dos parentes, trabalhar com eles, formar família, aumentar os vínculos das famílias já existentes e viver uma vida de estudo e trabalho. No entanto, deixam transparecer o medo do que vão encontrar na sociedade, quando saírem.

E a sociedade o que faz para contribuir nessa nova etapa de vida? Pode-se dizer que o Estado brasileiro ainda não encontrou o caminho para efetivar os direitos sociais de todos os seus cidadãos. E a sociedade em grande parte dos casos não consegue manter um processo de solidarização em relação aos ex-detentos.

Se todos têm uma parcela de responsabilidade com relação à falta de oportunidade de emprego, trabalho, e ao que isso leva, talvez esteja faltando, ainda, fazer com que os direitos humanos se torne realidade, discutindo-se em grupos de bairros, igrejas, escolas, etc. não somente formas de diminuir a entrada de novos jovens no mundo das drogas, mas também criando alternativas de entender que a segurança dos presídios são falsas, portanto, de criar formas de prevenir novas entradas nesses locais.

## REFERÊNCIAS

- ABP. Associação Brasileira de Psiquiatria. **O que são Drogas Psicotrópicas?** Disponível em: [http://www.abpbrasil.org.br/comunidade/exibComunidade/?comu\\_id=17](http://www.abpbrasil.org.br/comunidade/exibComunidade/?comu_id=17). Acesso em: 24 jul. 2009.
- BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa: proposta metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BECCARIA, C. B. M. di. **Dos Delitos e das Penas**. Tradução: J. Cretella e Agnes Cretella. 2. ed . São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BUCHER, R. A abordagem preventiva. In: BUCHER, R. (Org.). **As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial**. São Paulo: EPU, 1988.
- BUNCHAFT, G.; KELLNER, S. R. **Estatística sem mistérios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BUFFARD, S.. **Le froid pénitenciaire: l'impossible réforme des prisons**. Paris: Seuil, 1973.
- CALDAS, D. R. P. **Drogas, problema seu, meu, nosso**. Disponível em: <<http://www.premioinnovare.com.br/praticas/drogas-problema-seu-meu-nosso-929/>>, Acesso em: 15 mar. 2010.
- CAMPANA, A. R. Corpo, pulsação expansão e cidadania: resgatando a vida/identidade. In: Convenção Brasil Latino América, Congresso Brasileiro e Encontro Paranaense de Psicoterapias corporais, 1, 4, 9, Foz do Iguaçu, **Anais...** Centro Reichiano, 2004. CD-Rom.
- CEBRID. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Escola Paulista de Medicina – UNIFESP. **Folhetos**. Disponível em: <http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/folhetos.htm>. Acesso em: 24 jul. 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Consulta em 29/07/2009.

CLEMMER, D.. **The prison community**. New York: Rinehart, 1958.

COSTA, A. C. L. L. da; GONÇALVES, E. C. A sociedade, a escola e a família diante das drogas. In: BUCHER, R (Org.). **As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial**. São Paulo: EPU, 1988.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 14. ed. Tradução M. I. Pereira de Queiróz. São Paulo: Ed. Nacional, 1990. (Biblioteca Universitária, Série 2, v. 44).

EDWARDS, G; LADER, M. **A natureza da dependência de drogas**. Tradução: Rose Eliane Storosta. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

EDWARDS, G. **Psicoterapia e tratamento de adições**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FOCCHI, G. R. de A., *et al.* **Dependência Química: novos modelos de tratamento**. São Paulo: Roca, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOFFMAN, E. **Manicônios, prisões e conventos**. São Paulo, Perspectiva, 2005.

GOIFMAN, K. **Valetes em *slow motion* – a morte do tempo na prisão**: imagens e textos. Campinas: Editora da Unicamp, 1998 (Coleção Momento).

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAKATOS, E. M. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Atlas, 1997.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas. 1985.

LARANJEIRA, R. **Álcool: da saúde pública à comorbidade psiquiátrica**. Disponível em: <http://bases.brieme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?> Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v.26, supl. 1, maio, 2004. Acesso em 5 mai. 2007.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, M. C. de S.. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MISCIASI, E. **Visita íntima** Disponível em:<  
[http://www.eunenet.net/beth/news/topicos/visita\\_intima.htm](http://www.eunenet.net/beth/news/topicos/visita_intima.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS-CID10**. Trad. Centro Colaborador da OMS para a classificação de doenças em português. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, EDUSP. 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Drogas: um guia para os pais cartilha informativa sobre drogas**. Editora Fronteira, São Paulo 1977.

PAIXÃO, A. L. Problemas sociais, políticas públicas: o caso do tóxico. In: ZALUAR, A. (Org.). **drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PALMA, A. de C.; ROGÉRIO, I.; NEVES, L. C. D. **A questão penitenciária e a letra morta da lei**. Curitiba: JM, 1997.

PEREIRA, V. L. P. **O fator tempo na prisão**. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6942](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6942)>. Acesso em: 25 mar. 2010.

RAMALHO, J. R.. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. 3. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

RIBEIRO, J. C. Módulo de segurança: Curso de Formação em saúde, Jurídico Penal CFSJP/CMP. 2003. Ed. mimeo, 2003.

SÁ, D. B. S.. Projeto para uma nova política de drogas no país. In: ZALUAR, Alba (Org.). **drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SALLA F.; GAUTO, M.; ALVAREZ, M. C. A contribuição de David Gaïand: a sociologia da punição. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 1, jun. 2006.

SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social. **Minas prioriza trabalho de detentos como ferramenta para a ressocialização**. Disponível em:<[http://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1055&Itemid=71](http://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1055&Itemid=71)>. Acesso em: 15 mar. 2010.

SEIBEL S. D.. **Dependência de Substâncias Psicoativas**. São Paulo: Ed Atheneu. 2001

SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1998.

SIELSKI, F. **Filhos que usam substancias psicoativas: guia para os pais**. Curitiba: Adrenalina.1999.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

ZALUAR, A. (Org.). **drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

## ANEXO 1- ENTREVISTA AOS DETENTOS

### I – Dados pessoais

Idade: .....Escolaridade: .....  
 Sexo: .....Profissão: .....  
 Estava empregado antes de vir para cá? ( ) Sim ( ) Não.  
 Renda familiar: .....  
 Tempo de detenção já cumprida: ..... Quanto falta para sair? .....

### II - Entrevista

1) Para você, o que é ser um detento?

2) Qual o motivo de sua prisão?

- ( ) tráfico;
- ( ) uso de droga;
- ( ) furto;
- ( ) assalto;
- ( ) outro. Qual? .....

3) Por que praticava esse tipo de contravenção?

- ( ) dependência química;
- ( ) falta de diálogo familiar;
- ( ) problemas financeiros;
- ( ) desemprego;
- ( ) outro: qual?

4) O que pensou ao ser apanhado?

- ( ) eu sabia que este dia ia chegar; ( ) e agora, quem sustenta minha família?
- ( ) não faz mal, eu logo saio; ( ) os outros vão trabalhar para mim.
- ( ) outro: Qual? .....

5) Sua família está aliviada por você estar preso ou sente sua falta na renda mensal ou de você? Explique.

6) Por que começou a usar drogas? (aqui adaptar a cada um conforme o motivo pelo qual se encontra detido).

- 7) De quem é a responsabilidade do tráfico e uso de drogas de uma pessoa, no seu ponto de vista?
- 8) A detenção provocou que tipo de mudança no seu dia a dia, além da de estar detido?
- 9) Em algum momento, você sente que há discriminações por parte das pessoas para com o detento? Se sim, quais?
- 10) Como os detentos são tratados na prisão?
- 11) O que poderia mudar para melhor na vida de um detento?
- 12) Existem drogas na prisão provisória?  
( ) sim ( ) não
- 13) Existe algum tipo de tratamento na detenção provisória para curar a dependência química?
- 14) Como a família poderia ajudar no tratamento para que um detento preso por causa de tráfico e uso de drogas saia da dependência química?
- 15) Como se dá a sua participação para que seja antecipado o final do tempo de detenção?
- 16) O que você acredita que vai mudar quando você sair daqui?
- 17) Como avalia a sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho?

**ANEXO 2: CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
declaro que responderei voluntariamente as questões abaixo, as quais compõem um Projeto de Pesquisa elaborado pela Assistente Social Clarice Colett, estudante regularmente matriculada no Curso de Serviço Social: Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, da UFPR Setor Litoral.

Estou ciente e autorizo que as respostas sejam utilizadas no Trabalho de Conclusão de Curso de Clarice Colett desde que mantido o sigilo ético de não identificação do meu nome.

Curitiba, ..... de.....de 2010.

Ass. Entrevistado:

\_\_\_\_\_

Ass. Entrevistadora:

\_\_\_\_\_

Clarice Colett